

Para a promoção de visibilidade
e respeito à diversidade

LGBTQIAP+

UM GUIA

EDUCATIVO

Nepeds do IF Goiano - Campus Ceres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

F224l

Faria Filho, Fausto de Melo.

LGBTQIA+: um guia educativo / Fausto de Melo Faria Filho; Rafael Alves Oliveira; Érick Luiz de Paulo Rodrigues. – 1. ed. ampl. Ceres, GO: IF Goiano, 2022.

93 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-65-87469-37-9

1. Diversidade sexual e de gênero. 2. Movimentos sociais. 3. Luta por direitos.
4. Sexualidade. I. Oliveira, Rafael Alves. II. Rodrigues, Érick Luiz de Paulo.
III. Instituto Federal Goiano.

CDU: 316.35

APRESENTAÇÃO

Este Guia é fruto de um projeto de extensão do Campus Ceres do IF Goiano e tem como objetivo informar, devidamente, a nossa comunidade local e dar visibilidade às questões associadas à comunidade LGBTQIAP+. O Guia é dividido em cinco blocos: Conceitos, Preconceitos, Lutas sociais, Intersecções e Cultura arco-Íris.

Conceitos aborda, como o próprio nome já diz, noções e ideias básicas para o bom entendimento das especificidades da comunidade LGBTQIAP+. **Preconceitos** traz questões de LGBTQIAP+fobia intrínsecas à nossa sociedade. **Lutas Sociais** faz referência aos movimentos sociais, lutas de direitos e conquistas. **Intersecções** aborda a questão do gênero e da sexualidade conectadas a questões de classe, de raça, do movimento feminista e das pessoas com deficiência. E, por fim, **Cultura Arco-Íris** traz algumas informações sobre as datas importantes para a cultura LGBTQIAP+, dicas de séries e filmes e reflexões sobre o movimento queer.

Os textos foram feitos por diferentes autores, dos seus diferentes lugares de fala, e apresenta, da ótica textual, diferentes gêneros, fazendo alusão à pluralidade e à diversidade humana.

Boa leitura a todas, todos e todes!



PREFÁCIO

Desencantar ou desencantuar sempre foi um exercício denso aos não acomodados. Incomodadas somos, duas mulheres - uma cis negra e uma trans/travesti latina- que produzimos uma forma de desencanto, de retirada do canto aquela desestabilidade do homem - sujeito gendrado, generificado e sexua(li)do(r) sobre a terra. Assumimos um posicionamento de aliança afetiva-propositiva como política, ao trazer de modos atravessados nossos corpos diferentes que buscam, num pensamento disruptivo sob uma égide de algo que flerta com uma filosofia, travescuir formas únicas enquanto tece ação intersubjetiva.

LGBTQIAP+fobia é crime. Porém, uma lei, não é o suficiente para que uma sociedade mude seu padrão de comportamento sociocultural. A lei é um instrumento e, por mais que a atuação do Estado seja imprescindível para diminuir os casos de violência contra a população LGBTQIAP+, somente o estabelecimento de leis e políticas públicas não será suficiente para diminuir o número de vítimas e seus mais diversos impactos cruéis e perversos em toda a população, seja ela LGBTQIAP+ ou não.

Aliado a isso, a articulação crescente de setores sociais e agentes públicos para antagonizar e deslegitimar os direitos LGBTQIAP+ vem dificultando ainda mais o reconhecimento institucional das violências LGBTQIAP+fóbicas. Nesse sentido, a atual política nacional de governo tem sido eficiente no esforço conservador de aprofundar o uso de aparelhos do Estado para implementar uma agenda de retrocessos e negação de direitos

O que nos leva a compreensão de que se a cultura não mudar, nada muda. Pois somente as mudanças estruturais não modificam a conduta civilizatória das pessoas. A lei que criminaliza o racismo, a qual a LGBTQIA+fobia é associada por analogia, nos atesta essa realidade quando apresenta em 2017 e 2019 o mesmo número travestis e pessoas trans mortos, sendo que em 2019 todos os 175 assassinatos foram direcionados a mulheres trans ou travesti e em grande maioria, 87% pretas ou pardas.

Este GUIA, aos moldes de algumas tentativas de facilitar o pensamento de uma ontologia-logopolítica do sujeito universal, traz apanhados conceituais uma vez que somos (cada uma, uma, um de nós) multiversas, pluricetradas - como algo do campo que cria uma espinha dorsal suficientemente firme para nossas (con)fluências oikonomos. Pois se coloca como mais uma ferramenta, para ser somada ao esforço de se modificar o padrão de produção e reprodução cultural de violência de gênero, estabelecido pelo cisheteropatriarcado colonial estabelecido no Brasil desde sua invasão.

Ferramenta potente por nascer vinculada a uma Instituição Pública de Educação. Sueli Carneiro (2005), Jaqueline Gomes de Jesus (2018) e Megg Rayara de Oliveira (2017) destacam a Educação (formal e não formal) como ferramenta central e basilar para o enfrentamento a LGBTQIAP+fobia e ao racismo. Destacam que a noção de cidadania apresentada no processo de escolarização tem relação direta com processos de humanização ou desumanização. Como concorda Maria Clara Araújo (2018), ao dizer que “[...] se nós fomos desumanizadas, isso se deu pelas mesmas instituições que ‘formam’ o cidadão, por compreender que a desumanização é resultado de uma ordem oriunda dessas mesmas relações de poder e dominação.”

Sendo assim, um projeto de educação formal e não formal, social e de formação se faz uma das possíveis vias de ampliação da consciência interseccional a fim de se naturalizar, “[...] universalizar as possibilidades de diferença”. (CARVALHO, 2013) Podendo nos levar a traduzir a expressão ‘inclusão social’ em naturalização dessas pessoas falando sobre seus corpos e vivências como produção de conhecimento e compartilhamento de saberes. Assim, ocupando diversos lugares dentro da sociedade, que também devem ser lugares dentro dos espaços de legitimação de conhecimento e de decisão política.

Combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer (EVARISTO, 2018 REGO, 2021) e essa combinação de não morrer precisa, em todos os sentidos da palavra, ser dinâmica e politizada e, indo mais além, afetiva. Desencantar ou desencantuar para nós significa trazer à cena e lançar luz a discussão que por mais de quatro séculos, segue sendo invisibilizada. De Xica Manicongo (1592) à Paulinha (2022) morta no dia da Visibilidade Trans no Maranhão, quem lamenta por nossas vidas?

Yordanna Iara Pereira Rêgo Historiadora e Antropóloga, Pesquisadora -Sertão, GEPC e Rosa Parks/UFG
Sara Wagner York Linguista e Pedagoga, Pesquisadora GESDI/FFP-UERJ

ORGANIZAÇÃO:

Fausto de Melo Faria Filho
Rafael Alves Oliveira
Érick Luiz de Paulo Rodrigues

ESCRITORES:

Alberto Rodarte Ribeiro
Alemar Moreira de Sousa
Angela Esteu Café
Cláudia Correia da Silva Barros
Cristiano de Oliveira Sousa
Douglas de França Alves
Erick Luiz de Paulo Rodrigues
Euzebio Fernandes de Carvalho
Evellyn Cristina Teles
Fausto de Melo Faria Filho
Ítalo Alessandro Lemes Silva
Izaías Torquato da Silva
José Igor Ferreira Santos Jesus
Lorena Francisco de Souza
Mairon Marques dos Santos
Maria Luiza Curado
Mariana Lucas Mendes
Mateus Gomes Beltrão
Natália do Carmo Louzada
Paulo Petronilio Correia
Pedro Ivo Silva
Rafael Alves Oliveira
Tiago Gebrim

DIAGRAMAÇÃO:

Fausto de Melo Faria Filho

REVISÃO:

Aliny Karla da Cunha
Fausto de Melo Faria Filho
Rafael Alves Oliveira



SUMÁRIO

CONCEITOS

Sexo biológico.....	09
Gênero.....	10
Orientação afetiva ou romântica.....	14
Orientação sexual.....	16

PRECONCEITOS

LGBTQIAP+fobia.....	19
Frases LGBTQIAP+Fóbicas.....	20
Aceitação higienizada.....	22
LGBTQIAP+ na mídia brasileira.....	24
Reflexões sobre a relação entre pais e filhos LGBTQIAP+.....	27
Igreja é lugar de respeito.....	30

LUTAS SOCIAIS

A sigla LGBTQIAP+.....	36
Bandeiras da diversidade.....	38
História do movimento LGBTQIAP+.....	40
História do movimento LGBTQIAP+ no Brasil.....	42
Qual o nosso valor histórico?.....	43
Notas sobre a diversidade no Vale: Uma abordagem inclusiva na microrregião São Patrício.....	45
O IF Goiano e a diversidade.....	48
O que é o Nepeds?.....	50
A UEG e a diversidade.....	53
Como os direitos da comunidade LGBTQIA+ tem avançado e suas críticas.....	55
A saúde da comunidade LGBTQIAP+.....	58

INTERSECÇÕES

Violência de classe, raça e cis-hetero-normativa: o que a comunidade LGBTQIAP+ tem a ver com isso?.....	65
Afirmar que negros são os mais LGBTQIAP+fóbicos é racismo.....	70
O feminismo e o movimento LGBTQIAP+.....	73
LGBTQIAP+ e PcD, ao mesmo tempo - pontuações possíveis para iniciar uma reflexão.....	76

CULTURA ARCO-ÍRIS

Datas importantes.....	82
Sugestão de filmes e séries LGBTQIAP+.....	84
Cartografia Queer: arte e performance subversiva.....	86

REFERÊNCIAS.....	89
------------------	----



CONCEITOS:

Sexo biológico

Gênero

Orientação afetiva ou romântica

Orientação sexual

SEXO BIOLÓGICO

Por Fausto de Melo Faria Filho e Evellyn Cristina Teles Gomes.

Diz respeito às características biológicas (anatômicas, hormonais ou cromossômicas) que a pessoa tem ao nascer.

Feminino

Ex.: o indivíduo possui vagina, órgão reprodutores femininos, níveis hormonais ditos, biologicamente, femininos, cromossomos XX.



Masculino

Ex.: o indivíduo possui pênis, órgãos reprodutores masculinos, níveis hormonais ditos, biologicamente masculinos, cromossomos XY.



Intersexo

O indivíduo possui genitais e/ou órgãos reprodutores e/ou cromossomos e/ou hormônios destoantes do padrão binário (Feminino e Masculino).



Embora não se fale tanto, quase 2% da população são de pessoas intersexo. Antigamente usava-se o termo hermafrodita para se referir a estes indivíduos, contudo hoje em dia este termo é considerado ofensivo e não deve ser usado.

Existem diversos tipos de intersexualidade e ressaltar um padrão binário, socialmente criado, com relação ao sexo biológico, é uma prática que invisibiliza a existência de muitas pessoas.

GÊNERO

Por Fausto de Melo Faria Filho

A construção social do que é feminino e do que é masculino, ou seja, a forma como a sociedade enxerga o feminino e o masculino, se dá por um processo histórico e evolutivo e por sincretismos culturais. Sendo assim, há quase um consenso social dentro da população sobre itens, vestimentas, tarefas, comportamentos etc., que pertencem ao gênero feminino e quais pertencem ao gênero masculino, sobretudo a qual gênero cada indivíduo deve, obrigatoriamente, performar.

A construção de gênero é temporal, isso significa que conforme o tempo passa, as concepções sociais de feminino e masculino mudam. Um exemplo disso é o brinco, que, na sociedade brasileira, antigamente só poderia ser acessado por mulheres e hoje tem uma abertura muito maior para que homens também utilizem, inclusive em setores midiáticos. Outro exemplo, são os vestidos infantis, que em muitas sociedades, antigamente, tanto os meninos quanto as meninas usavam vestidos até próximo dos cinco anos de idade, hoje isso é considerado absurdo.

A construção de gênero é dependente, também, da cultura de cada lugar, por exemplo, no Brasil, se um homem usa saias é considerado, pela maioria, inadequado. Contudo em países como a Escócia, existe um tipo de saia, as **kilts**, que podem ser usadas por indivíduos que performam o gênero masculino e isso é tratado com naturalidade.

Nesse contexto, nota-se que o gênero não é natural ou inerente ao ser humano, pelo contrário, é socialmente aprendido. A nossa cultura atrela as questões de gênero ao sexo biológico e impõe que para o sujeito do sexo biológico feminino o único gênero a ser acessado é o feminino. Da mesma forma, ao indivíduo do sexo biológico masculino, o gênero masculino é aquele que lhe é imposto.

Verifica-se, portanto, que se trata de uma visão de mundo excludente que, inicialmente, invisibiliza as pessoas intersexo, lhes impondo que se aproximarem de um dos dois sexos biológicos (masculino ou feminino), tirando destes indivíduos o direito de existirem tais como são. E por fim, exclui todas as pessoas que não se identificam com essa construção social de performance de gênero. O mundo é muito diverso e o ser humano é muito plural para se encaixar nestes padrões violentos, sexista e binários.

Entendido o que é gênero, precisamos entender a diferença entre identidade e expressão de gênero.

Identidade de gênero é a forma como o indivíduo se aproxima de elementos sociais tidos como masculino ou feminino. A identidade de gênero está associada ao âmbito do desejo, que infelizmente, devido à LGBTQIAP+fobia, nem sempre o indivíduo irá performar o seu gênero.

Surge então, a **expressão de gênero**, que é a forma como o indivíduo irá performar o seu gênero em sua comunidade, estando relacionado a como ele irá se portar (que roupas usará, como irá gesticular, gírias e expressões que usará...) em ambientes sociais, tais como escolas, praças, instituições religiosas, dentro da própria família e outros lugares.

Quando o indivíduo expressa o gênero que lhe é socialmente atribuído, diz-se que ele é **cisgênero**. Quando o indivíduo expressa um gênero, dentro de um padrão binário, diferente do que lhe é atribuído, dizemos que ele é **transgênero** e quando o indivíduo expressa o seu gênero fora de um padrão binário, dizemos que ele é **gênero não-binário**. Segue algumas definições:

Cisgênero feminino: indivíduo que possui o sexo biológico feminino e se identifica socialmente como mulher;

Cisgênero masculino: indivíduo que possui o sexo biológico masculino e se identifica socialmente como homem;

Transgênero feminino: indivíduo que possui o sexo biológico masculino e se identifica socialmente como mulher;

Transgênero masculino: indivíduo que possui o sexo biológico feminino e se identifica socialmente como homem;

Bigênero¹: indivíduo que se identifica mutuamente com os gêneros masculino e feminino;

Gênero não-binário: indivíduo que se identifica, com gêneros que vão além do masculino e do feminino. Ex.: andrógine, gênero-fluido, intergênero, agênero, bigênero, pangênero, demigênero e poligênero.

Andrógine: o indivíduo possui um gênero que combina os gêneros masculino e feminino, acessando elementos sociais tanto masculinos como femininos;

Gênero-fluido: indivíduo que transita entre algumas das possibilidades da identidade de gênero ao longo da vida;

Intergênero: indivíduo intersexo que expressa o seu gênero de forma interligada ao seu sexo biológico;

¹Não existe um consenso na literatura sobre o conceito de bigênero. A definição utilizada pelo autor foi escolhida levando em consideração o contexto histórico do estudo da diversidade sexual e de gênero, onde no início, se tinha uma visão binária do Gênero.

Agênero ou gênero neutro: indivíduo que não se identifica com nenhum dos gêneros conhecidos, ou não entende o seu gênero;

Poligênero: indivíduo que se identifica com mais de um gênero;

Pangênero: indivíduo que possui todas ou quase todas as identidades de gênero;

Demigênero ou semigênero: indivíduo que possui sua identidade de gênero fragmentada em duas partes, uma conhecida e a outra metade conhecida ou não conhecida (ex.: demihomem e demimulher, demigarote, demineutro e demiandrógine).

A seguir a imagem de algumas pessoas representando diferentes tipos de gênero:



Mulher cisgênero



Homem cisgênero



Mulher transgênero



Homem transgênero



Homem transgênero



Gênero não-binário



As **Travestis** são indivíduos do sexo biológico masculino que não se identificam com o gênero masculino. A maioria delas se identifica com o gênero feminino, portanto são mulheres transgênero, independente da realização de procedimentos hormonais ou cirúrgicos. Outra parte se identifica como um terceiro gênero intermediário ao masculino e ao feminino.

As **Drag Queens** são, geralmente, homens que se vestem de mulher para fins de entretenimento. Resumindo, são artistas que interpretam papéis femininos.



Os(as) **Transformistas** são indivíduos do gênero masculino ou feminino que possuem a prática de se vestirem como o gênero oposto (numa visão binária do gênero), em alguma parte do seu tempo, para fins de satisfação pessoal. Ou seja, homens que têm o hábito de se vestirem como mulheres e mulheres que têm o hábito de se vestirem como homens, em alguma parte do seu tempo.

Vale ressaltar ainda que identidade e expressão de gênero não se limitam às definições apresentadas neste texto, existem muitas outras possibilidades e muitas outras surgirão com os rearranjos sociais históricos.

ORIENTAÇÃO AFETIVA OU ROMÂNTICA

Por Fausto de Melo Faria Filho

A orientação afetiva ou romântica indica o(s) gênero(s) com o(s) qual(is) a pessoa sentirá atração afetiva ou romântica, ou seja, com os quais irá se relacionar romanticamente. Existem várias possibilidades para a orientação afetiva ou romântica:

Heteroafetivo ou heterorromântico: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas do gênero oposto (homens que se relacionam romanticamente com mulheres e mulheres que se relacionam romanticamente com homens);

Homoafetivo ou homorromântico: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas do mesmo gênero (homens que se relacionam romanticamente com homens e mulheres que se relacionam romanticamente com mulheres);

Biafetivo ou birromântico¹: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas dos gêneros feminino e masculino;

Orientação afetiva ou romântica não-binária: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas em uma visão não-binária de gênero (ex.: pan-afetivos, oniafetivos, poliafetivos, ceteroafetivos, androafetivos, gineafetivos, arromânticos e arromânticos-cinza).

Pan-afetivo ou panromântico: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas, independente dos seus gêneros;

Oniafetivo ou onirromântico: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas de qualquer gênero;

Poliafetivo ou polirromântico: indivíduo que sente atração afetiva por dois ou mais gêneros, mas não todos;

Ceteroafetivo ou ceterorromântico: indivíduo que sente atração afetiva por pessoas de gênero não-binário.

Androafetivo ou androrromântico: indivíduo que sente atração afetiva por homens, independente do seu próprio gênero;

Gineafetivo ou ginerromântico: indivíduo que sente atração afetiva por mulheres, independente do seu próprio gênero;

¹Não existe um consenso na literatura sobre o conceito de biafetivo ou birromântico. A definição utilizada pelo autor foi escolhida levando em consideração o contexto histórico do estudo da diversidade sexual e de gênero, onde no início, se tinha uma visão binária do Gênero.

Arromântico: indivíduo que não sente, ou quase não sente, atração afetiva por outras pessoas (indivíduos que não, ou quase nunca, se relacionam romanticamente);

Arromântico-cinza: indivíduo que sente atração afetiva fraca ou de forma circunstancial e limitada ou em períodos (ex.: demiafetivos, sapioafetivos, noetiafetivos e caligoafetivos).

Demiafetivo ou demirromântico: indivíduo que sente atração afetiva apenas quando há uma conexão emocional entre ele e o(a) parceiro(a);

Sapioafetivo ou sapiorromântico: indivíduo que sente atração afetiva condicionada à inteligência do(a) parceiro(a);

Noetiafetivo ou noetirromântico: indivíduo que sente atração afetiva condicionada à personalidade do(a) parceiro(a);

Caligoafetivo ou caligorromântico: indivíduo que sente atração afetiva de forma fraca e esporádica.

Ressaltamos ainda que as performances da orientação afetiva ou romântica não se limitam às definições realizadas neste texto, existem muitas outras possibilidades e muitas outras surgirão com os rearranjos sociais históricos.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Por Fausto de Melo Faria Filho

Orientação sexual indica o(s) gênero(s) pelo(s) qual(is) a pessoa sentirá atração sexual, ou seja, indica os gêneros com os quais a pessoa irá se relacionar sexualmente. Existem várias possibilidades para a orientação sexual.

Heterossexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas do gênero oposto (homens que se relacionam sexualmente com mulheres e mulheres que se relacionam sexualmente com homens);

Homossexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas do mesmo gênero (homens que se relacionam sexualmente com homens e mulheres que se relacionam sexualmente com mulheres);

Bissexual¹: indivíduo que sente atração sexual por pessoas dos gêneros feminino e masculino;

Orientação sexual não-binária: indivíduo que sente atração sexual por pessoas em uma visão não-binária de gênero (ex.: pansexuais, onissexuais, polissexuais, ceterossexuais, androssexuais, ginessexuais, assexual e assexual-cinza).

Pansexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas, independente dos seus gêneros;

Onissexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero;

Poliafetivo ou polirromântico: indivíduo que sente atração sexual por dois ou mais gêneros, mas não todos;

Ceterossexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas de gênero não-binário;

Androssexual: indivíduo que sente atração sexual por homens, independente do seu próprio gênero;

Ginessexual: indivíduo que sente atração sexual por mulheres, independente do seu próprio gênero;

¹Não existe um consenso na literatura sobre o conceito de bissexual. A definição utilizada pelo autor foi escolhida levando em consideração o contexto histórico do estudo da diversidade sexual e de gênero, onde no início, se tinha uma visão binária do Gênero.

Assexual: indivíduo que não sente, ou quase não sente, atração sexual por outras pessoas (indivíduos que não, ou quase nunca, se relacionam sexualmente);

Assexual-cinza: indivíduo que sente atração sexual fraca ou de forma circunstancial e limitada ou em períodos (ex.: demissexuais, sapiossexuais, noetissexuais e caligosesexuais).

Demissexual: indivíduo que sente atração sexual apenas quando há uma conexão emocional entre ele e o(a) parceiro(a);

Sapiossexual: indivíduo que sente atração sexual condicionada à inteligência do(a) parceiro(a);

Noetissexual: indivíduo que sente atração sexual condicionada à personalidade do(a) parceiro(a);

Caligossexual: indivíduo que sente atração sexual de forma fraca e esporádica.

Ressaltamos ainda que as performances da orientação sexual não se limitam às definições realizadas neste texto, existem muitas outras possibilidades e muitas outras surgirão com os rearranjos sociais históricos.



PRECONCEITOS:

LGBTQIAP+fobia

Frases LGBTQIAP+Fóbicas

Aceitação higienizada

LGBTQIAP+ na mídia brasileira

Reflexões sobre a relação entre pais e filhos

LGBTQIAP+

Igreja é lugar de respeito

LGBTQIAP+FOBIA

Por Mairon Marques dos Santos e José Igor Ferreira Santos Jesus

Você já ouviu falar sobre o termo LGBTQIAP+fobia? Ele representa a junção de dois termos separados: a sigla LGBTQIAP+ e o sufixo "fobia". Vamos ver o que é cada um deles?

LGBTQIAP+ é uma sigla muito importante porque remete à inclusão de grupos de pessoas que se identificam enquanto Lésbica, Gays, Bissexual, Transgênero/Travesti, Queer, Intersexual, Assexual ou Pansexual. O "+" incorpora outras identidades que não necessariamente se encontram nessas anteriores. Já o termo "fobia" significa medo exagerado ou intolerância/aversão.

É fácil ver que, se juntarmos a sigla LGBTQIAP+ com o termo "fobia", teremos LGBTQIAP+fobia, que significa medo exagerado ou intolerância/aversão às pessoas que se identificam nessa sigla. Infelizmente, esse medo ou essa aversão são consequências da falta de conhecimento sobre o assunto e isso gera um conceito errado sobre essas pessoas, fazendo surgir o preconceito.

No capítulo anterior conhecemos um pouco mais sobre gênero e sexo biológico. Vimos que o sexo biológico é uma característica anatômica enquanto o gênero é uma característica social. Devido à nossa cultura, somos levados a, erroneamente, associar o sexo biológico ao gênero. Então se uma pessoa nasce com o sexo biológico feminino, logo todos dizem "é uma menina", ou o contrário: nasce com sexo biológico masculino, as pessoas pressupõem que se trata de um menino. E aqui o problema que essa associação carrega não se dá pela nomenclatura utilizada, mas sim, por toda expectativa social que se cria a cerca deste indivíduo, por exemplo, sendo do sexo biológico masculino, este indivíduo deverá falar grosso, ser durão, não poderá usar vestidos, não poderá gostar de rosa, deverá se relacionar afetivamente e sexualmente com mulheres cisgêneros e etc.. Com o passar do tempo, essa associação pode **não** fazer sentido para o indivíduo e esta é a origem de todo o preconceito.

O importante é que devemos ter ciência de que o espectro de identidade sexual é muito amplo e quando impomos que as pessoas devem seguir determinados comportamentos ou padrões da sociedade, nós estamos privando-as de sua liberdade e contribuímos indireta ou diretamente para que esta pessoa seja alvo de violências diversas.

Não se pode julgar um indivíduo ou um grupo de pessoas por serem quem são. Não se julga uma pessoa por ser lésbica, gay, bissexual, transgênera/travesti, queer, intersexual ou assexual. Trata-se da construção da identidade de cada indivíduo. A sociedade ganha muito mais com a tolerância, o respeito e sem o sufixo "fobia" nessa sigla tão plural.

FRASES E CONCEITOS LGBTQIAP+FÓBICOS

Por Erick Luiz de Paulo Rodrigues e Fausto de Melo Faria Filho

Alguns comentários a respeito do tema LGBTQIAP+ podem acabar desrespeitando os membros dessa comunidade. Veja algumas frases e conceitos que devem ser evitados e o porquê.

"Quando você virou gay?"

Essa frase coloca a sexualidade e identidade de gênero como uma escolha pessoal, o que não é verdade. Embora a sexualidade e a identidade de gênero sejam fluidas, existem muitos relatos de indivíduos da comunidade LGBTQIAP+ que se enxergam como corpos divergentes desde a primeira infância. Além disso, essa frase faz alusão a heterossexualidade como algo natural e o comportamento homossexual como algo ruim, anômalo, aberrante e que deve ser evidenciado quando observado.

"Vira homem"

Um indivíduo, que não cumpre todas as expectativas sociais acerca do que é ser homem, não deve ser desqualificado pela sua identidade de gênero. Precisamos entender que não há uma identidade de gênero melhor do que outra. Além disso, essa frase é carregada machismo e pressupõe que o papel social masculino é superior ao papel social feminino.

"Não tenho nada contra, só não precisa ficar se beijando na frente dos outros" ou "Não tenho nada contra, tenho até amigos que são"

A expressão "não tenho nada contra" não deve possuir ressalvas. O que, geralmente, vem depois desta frase são dizeres LGBTQIAP+fóbicos, pois limitam a experiência social de indivíduos pertencentes a um grupo não heterocisnormativo, ou colocam as pessoas desse grupo como inferiores às demais, tratando a relação de amizade com essas pessoas como algo que deve ser evidenciado.

"Você não parece gay"

Isso é dito como um elogio e desta forma coloca o parecer gay como algo negativo. Essa frase coloca as pessoas em diferentes posições sociais, sendo o homem heterossexual o indivíduo de maior valor, abaixo dele o gay heteronormativo e mais abaixo ainda o gay afeminado. Obviamente esta é uma cultura que contribui com a discriminação e disseminação de violência contra pessoas da comunidade LGBTQIAP+.

"Quem é bi/pan/poli/oni não sabe o que quer"

Deve-se respeitar a identidade de gênero e a orientação afetiva ou sexual dos outros. O mundo não é restrito ao que você sente e o que você sente não é a verdade absoluta que deve ser aplicada na vida das outras pessoas. Devemos respeitar a diversidade humana.

"Ela pode beijar outras mulheres se quiser, mas não homens"

Além dessa frase ser incrivelmente fetichista, ela objetifica e sexualiza o afeto entre mulheres, como se fosse só mais uma fonte de prazer e entretenimento para o homem.

"Quem é o homem da relação?" ou "Quem é a mulher da relação?"

Essa frase é machista e coloca a posição social feminina de forma inferiorizada com relação à posição social masculina.

"Agora todo mundo é gay!"

Não, pessoas LGBTQIAP+ sempre existiram, mas a falta de aceitação entre as famílias e o preconceito da sociedade fizeram com que as suas existências fossem invisibilizadas. Com o avanço dos movimentos sociais de minoria, nos dias de hoje podemos falar de forma mais aberta sobre essa temática e tem-se maior espaço para a expressão LGBTQIAP+.

"Vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais"

Em um mundo ideal, onde a violência atingisse todos da mesma forma, isso seria realmente verdade. Mas isso não é verdade. Por exemplo, no Brasil uma pessoa heterossexual (cisgênera) vive em média 75 anos enquanto uma mulher transgênero vive em média 35 anos. A comunidade LGBTQIAP+ sofre maior violência, seja ela psicológica, emocional e/ou física.

"Vocês se ofendem com tudo, toda hora querem militar, não pode mais ter opinião própria que é homofobia"

É necessário mais empatia, se colocar no lugar do outro. O que geralmente ocorre é que muitas pessoas reproduzem falas carregadas de preconceito e dizem se valer de sua opinião. Contudo, deve-se refletir o quanto isso pode ser agressivo à existência do outro e o quanto pode prejudicar o direito do outro enquanto cidadão de uma mesma sociedade.

ACEITAÇÃO HIGIENIZADA¹

Por Douglas de França Alves

Não me venha com a aceitação higienizada! “Quem é o homem da relação?”, “Quem é a mulher?”, “Ela é lésbica mas não parece...”, “você gays são tão engraçados!”, “Ela é tão bonita, nem parece ser travesti.”.

Acredito que você, integrante da comunidade LGBTQIAP+, já ouviu repetidas vezes algumas dessas frases, além de muitas outras com significados parecidos e que nos violentam de forma silenciosa. Agora, se você é heterossexual, você com certeza já disse alguma dessas frases, mas talvez não se lembre, por não perceber o quanto elas são carregadas de preconceito. Eu mesmo, como homem gay e privilegiado, fui caracterizado como “engraçado” várias vezes, por pessoas que queriam me elogiar, e eu sei que ser engraçado não é a minha qualidade mais evidente.

Logo, eu te pergunto, o que está por trás desses elogios ou frases corriqueiras que a sociedade heterocisnormativa adora proferir para se dizer inclusiva e receptiva com a nossa comunidade? Eu sempre gosto de reescrever tais frases de outra forma, para evidenciar o quanto elas estão carregadas de preconceito e desinformação. Por exemplo: “Apesar de ser gay, ele é engraçado.” ou “Ela é tão bonita para uma pessoa trans.”, ou ainda, “O homem da relação com certeza é fulano, que é mais masculino”. Quando lemos dessa forma, percebe-se que para sermos lésbicas, gays, transexuais, não binários... precisamos ter alguma qualidade socialmente aceita mais evidente: ou sermos mais masculinos, ou sermos mais engraçados ou termos características que negam a nossa subjetividade integrante da sigla LGBTQIAP+. Percebemos então que a sociedade tenta impor uma aceitação higienizada: não é mais como nos tempos de criança (década de 90 e início dos anos 2000) em que gritava-se “veado!” ou “mulherzinha!” como xingamento, porém, continuam marginalizando as características que nos diferenciam do padrão heterocisnormativo, mas como descrito nas frases acima, de forma velada.

O recado que precisamos deixar para esta sociedade, que diz estar mudando e se tornando mais inclusiva, é que não tem homem da relação, não tem mulher da relação, somos lindos gays, lésbicas, transexuais, não binários, pansexuais. Abraçar a diversidade não é marginalizar as características que a duras penas aprendemos a amar sobre nós mesmos.

¹Inclusão social “parcial” de pessoas da comunidade LGBTQIAP+, desde que estas se aproximem de um padrão heterocisnormativo ou um padrão cisnormativo e mantenham sua vida romântica/sexual em sigilo.

Abraçar a diversidade é entender que estamos envoltos por uma sociedade adoecida pelo machismo, pela misoginia, pela LGBTQIAP+fobia, pelo racismo e, para que a mudança seja real, temos que combater e desconstruir diariamente qualquer tipo de preconceito.

Estamos numa fase em que a militância precisa de um olhar especial para integrantes mais vulneráveis da comunidade. Enquanto alguns privilegiados aproveitam a aceitação higienizada da sociedade heterocisnormativa, temos que entender que tal aceitação é branca e masculina. Quanto mais próximo da transgeneridade, ou mais escura for a cor da pele, mais evidentes são as violências sobre esses corpos. Isso me lembra que o nascimento do movimento LGBTQIAP+ tinha exatamente essas mesmas pessoas, que ainda morrem na linha de frente. Pessoas que não tem a “opção” de se esconder. É principalmente por essas pessoas que a luta precisa continuar. Aceitação higienizada nos mata de forma tão violenta quanto o preconceito evidente e ela não serve para nós.

LGBTQIAP+ NA MÍDIA BRASILEIRA

Por Cristiano de Oliveira Sousa

A história da mídia nacional sempre representou em diversos momentos a afirmação dos padrões forçados de hegemonia dos discursos heterocisnormativos. Fato esse que definiu a partir do nosso cinema as questões das narrativas LGBTQIAP+ e sua influência na violência criada pelo imaginário popular no país, que conforme relatório do último Trans Murder Monitoring realizado pela organização Transgender Europe, é o que mais mata pessoas transgêneros no mundo e deslegitima o artigo quinto da Constituição Federal Brasileira que considera todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988)¹.

Silva (2018), analisando as últimas décadas do cinema brasileiro, discute e denuncia a forma com que personagens transgêneros são retratados na história. Para o autor, os “queers cinematográficos”, durante muito tempo, foram empurrados para o **underground**, relegados a existir apenas no subtexto do errado. Como relata no livro História & Teoria Queer, “[...] são produções culturais e históricas de constructos tidos, por esse espectro normativo, como abjetos, incômodos e perturbadores.” (SILVA, 2018, p.320).

Dentro desse contexto, o retrato marginalizado e pejorativo foi imposto a toda uma geração no que se refere a sua primeira memória sobre a personificação da personagem LGBTQIAP+ na mídia em geral. Nesse sentido, se mostra relevante por oportunizar e explorar no âmbito social a relação da história da mídia brasileira e o seu papel como multiplicador de ódio e preconceito.

O primeiro produto audiovisual brasileiro a tratar da transexualidade foi “Augusto Aníbal quer casar” de 1923 dirigido por Luiz Barros. O filme conta a história da paixão de Augusto Aníbal por uma moça que, na verdade, é um “transformista” chamado Darwin. A partir desta primeira criação cinematográfica, se segue todo um exemplo de visibilidade negativa da personagem transgênero no Brasil, onde esses corpos são sempre retratados de maneira marginalizada.

No âmbito dos programas de TV, onde a personagem LGBTQIAP+ é sempre relegada a divertir “a família brasileira”, sem contexto romântico de humanidade, a exploração de uma visão marginalizada se inicia na novela “O Rebu” (Globo, 1974). A trama é resultado de um crime passionai pela dependência de um jovem por um homem mais velho.

¹Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, p. 11).

Essa representação, chega até aos programas humorísticos da atualidade, como por exemplo, a série e filmes “Vai que Cola” (Multishow, 2013-atual) que persiste em aumentar os estereótipos em prol da comédia, reforçando as distorções preconceituosas. Os espaços na TV estão sendo cada vez mais conquistados, mas quais os personagens que vem à nossa mente? Quantas pessoas trans estão na nossa tela e no **streaming**? Como ainda somos representados?

Nossos corpos, nossos gêneros e nossas orientações, com suas particularidades, formam nossa identidade ou nossas identidades. A forma que a expressamos no meio em que vivemos, resulta na relação que estabelecemos com a sociedade. Dentro dessa perspectiva, se faz necessário e urgente oferecer reflexões que permitam ampliar as discussões sobre as narrativas e construir outras que fogem das imposições realizadas pelo sistema patriarcal, hetero, binário e cisgênero.

No livro "A personagem homossexual no cinema brasileiro", (MORENO, 2001) reafirma o contexto do cinema e sua estética onde a transexualidade é vista apenas como uma caracterização grotesca, assexuada, cômica, marginalizada ou exacerbada. O autor também observa “Um tom exacerbado no tratamento de seu gestual, chegando até a uma espécie de carnavalização destes personagens” (MORENO, 2001, p.27).

O pensamento político ocidental sempre abrigou uma corrente a essa identificação pura e simples do poder supostamente familiar em todos os âmbitos, inclusive culturais. Portanto, há necessidade de se desenvolver olhares pautados nas diversas narrativas LGBTQIAP+, contribuindo para que os direitos desses corpos possam quebrar os domínios da visualidade que existem para o sustento da autoridade autocrática.

No livro "Ditaduras e homossexualidades - Repressão, Resistência e a Busca da Verdade", Cowan, 2015, nos informa que a visão da subversão de gênero vem antes da Segunda Guerra Mundial¹. E a intolerância da sociedade é cíclica e a luta contínua, já que no imaginário popular a percepção foi, e talvez ainda seja, de que as personagens transgêneras são os “agentes do mal”. A ideia é que quanto mais desigualdade, pior a convivência, no entanto, a igualdade de gênero não existe. No senso comum, a associação do feminino como fragilidade ou submissão serve para justificar preconceitos conforme prega a filósofa americana Judith Butler “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2003 p.26).

¹Preocupações para com a homossexualidade e a segurança nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in) segurança nacional. (BENJAMIN COWAN, 2015, p. 30).

O que a sociedade aprendeu no contexto da representação cinematográfica sem considerar as diferentes narrativas e como o imaginário popular e o senso comum perpetuaram a marginalização desses corpos? Essas produções contribuíram para a construção de comportamentos preconceituosos da sociedade? Qual a importância de ressignificar essas narrativas? Podemos pensar em uma reparação histórica por meio do audiovisual a essas pessoas? A partir desses questionamentos é importante a reflexão e uma relação dialógica para que possamos mudar a perspectiva do audiovisual atualmente.

É necessário entender que a nossa luta ainda não acabou e que o audiovisual, principalmente o brasileiro, e em especial o goiano, precisam florescer. Precisamos ainda, mais do que nunca, de representações verdadeiras no audiovisual, desde a equipe de produção, roteiro até personagens que compactuam com o espelho da vida real em sua representação máxima.

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS LGBTQIAP+

Por Angela Esteu Café

A expectativa de ter um filho faz ebulir inúmeros sentimentos, projeções e idealizações. Trata-se de uma relação que começa antes mesmo do parto, perpassando o imaginário dos pais. Deste modo, como nos dizeres de Louro (2004, p.15), o órgão sexual é um elemento categórico na vida do nascituro, pois esse sexo biológico irá determinar tanto o gênero quanto o desejo, supostamente não havendo outra possibilidade se não seguir a ordem determinada.

Entretanto, quando alguma característica, seja física, psicológica ou comportamental, não é necessariamente aceita ou compartilhada pelos pais isso reflete direta e negativamente nessa dinâmica familiar. Ainda recorrendo a Louro (2004, p.16), "mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. A imprevisibilidade é inerente ao percurso". Em um recorte mais específico, assuntos relacionados à sexualidade estão sempre embotados de complexidade, moralidade e preconceitos, sobretudo para pais de filhos LGBTQIAP+.

Tendo em vista a sociedade notoriamente heteronormativa a que fazemos parte, a dificuldade dos pais de crianças e jovens LGBTQIAP+ perpassa pela reprodução do modelo o qual foram criados, temor pelas múltiplas violências que os filhos podem ser submetidos, questões morais-religiosas, entre tantas outras justificativas. Repensar a relação entre pais e filhos para além das idealizações e moldes pré-concebidos requer o exercício da escuta afetuosa, da aceitação e da incondicionalidade do amor. Entretanto, diante da contrariedade, frustração ou medo dos pais frente a sexualidade dos filhos, falas e ocorrências violentas de rechaço têm início dentro de casa.

O Brasil ocupa, há mais de uma década, o topo da lista de países que mais matam a população LGBTQIAP+ violentamente e desencadeia múltiplas situações de vulnerabilidade, a começar pelo núcleo familiar. Além disso, a subnotificação de casos de violência e o desinteresse do poder público na coleta e sistematização de dados impedem a estruturação de políticas públicas de informação, atenção e acolhimento que dialoguem com essa temática.

A despeito dos conflitos geracionais e ideológicos, a homofobia intrafamiliar desencadeia sofrimentos físicos e psicológicos de consequências indelévels, e por vezes definitivas, nas vidas desses indivíduos em sociedade. Em linhas gerais, o termo homofobia abrange um conjunto de práticas, atos e discursos de caráter negativo e depreciativo que afetam os indivíduos em todos aspectos de sua existência. Seja sob o estigma da amoralidade ou da anormalidade, quando o preconceito surge da própria família os casos de violência e expulsão repercutem também em contextos sociais mais amplos. Importante ressaltar que a discriminação alimenta a invisibilidade da população LGBTQIAP+ e remete a um lugar de discriminação e marginalização, (Butler, 2003; Scott, 1995).

Uma vez considerando a construção histórica da homossexualidade, não é surpresa a reação negativa de alguns pais em relação a sexualidade dos filhos, sobretudo em contextos em que a homossexualidade não é passível discussão. Todavia, a sexualidade está presente na vida do indivíduo, principalmente durante a adolescência, fase que se caracteriza pelo "despertar do erotismo, o que a faz um período delicado no qual poderá surgir um aumento de conflitos entre pais e filhos" (Almeida & Centa, 2009, p. 72).

Lidar com a sexualidade dos filhos já configura um assunto tabu em diversas famílias e discutir múltiplas sexualidades e suas performances pode intensificar esses embates. Costantin (2011) encerra as principais etapas vivenciadas por pais de filhos LGBTQIAP+, sendo elas: a descoberta, o luto, a negação, a defesa, a conformação e a aceitação. Porém não há uma ordem fixa de ocorrência, assim como a aceitação não é unânime entre os pais. Não raro, pais buscam explicações e culpados para a orientação sexual desviante da heteronormatividade e são tomados por um sentimento de vergonha frente a sociedade, assim, os sentimentos mais negativos são mais frequentes entre pais de indivíduos LGBTQIA+, (Muller, 2000).

Igualmente, a descoberta da orientação sexual dos filhos desencadeia uma profunda crise familiar e decorrente afastamento emocional entre as partes. Schulman (2009) afirma que a forma de tratamento da família incide diretamente na qualidade de vida dos indivíduos LGBTQIAP+. Assim sendo, as ocorrências de violência familiar imposta aos filhos considerados desviantes possui muito mais um aspecto de correção do que privação de direitos, proteção e cuidados.

Como foi mencionado, os casos de homofobia em contexto familiar se transfiguram também na forma de mecanismos de abrangência psicossocial, desde a física à simbólica sobretudo no controle dos corpos por meio da violência. Jovens LGBTQIAP+ e em situação de vulnerabilidade reportam dificuldades de auto aceitação justamente pela ausência no reconhecimento

de suas identidades por parte dos pais. Os silenciamentos sistêmicos fazem com que esses indivíduos estejam expostos à violência e apagamentos como mostram as estatísticas que o país ostenta vergonhosamente.

Em suma, as relações entre filhos LGBTQIAP+ e suas famílias são majoritariamente violentas em vários níveis e omissas na proteção e acolhimento dessas pessoas. A partir deste delineamento minimamente exposto, buscou-se incitar reflexões e discussões sobre a necessidade de maior investigação sobre essa relação e o quanto ela é importante para a efetivação de direitos fundamentais.

IGREJA É LUGAR DE RESPEITO

Por Izaías Torquato da Silva

Toda experiência de fé ou religiosa é humana. Toda construção teológica é a busca de uma cultura no desejo de afirmar quem ou o que seja deus¹. Toda pessoa, de alguma forma, estará refletindo, em algum tempo da sua vida, a esse respeito. Fazendo-se perguntas essenciais e basilares em busca de entender, como se isso fosse possível, a existência, a co-existência ou a transcendência da vida.

Inicialmente, é importante ter o cuidado de tratar do tema levando em consideração que igreja é mais um espaço da coletividade humana, mais uma condição de vivência de fé, um ambiente para partilha da vida, um lugar onde as diversidades humanas precisam e devem ser respeitadas. Mas mesmo diante desses fatos prioritários não podemos negar que, ao mesmo tempo, é lugar das nossas humanidades, de muita tensão, de briga por poder, de relacionamentos abusivos, de assédios, os mais variados, violências e desumanidades.

Não deveria ser assim, mas é. Basta uma pesquisa rápida nos buscadores de informações na internet, e, facilmente, encontraremos várias narrativas nas redes sociais, jornais, plataformas de vídeos e afins, de comportamentos inadequados de muitas lideranças religiosas abusivas, autoritárias e manipuladoras da fé e da experiência pessoal com as divindades. Ou mesmo, fomentando ódios, abusos, desrespeitos e intolerâncias das mais variadas.

Na contramão, uma experiência, quem sabe exitosa do Cristianismo, deixaria as pessoas à vontade para vivenciar os desafios da vida, os pesares e as celebrações humanas. Desse lugar da fé se faz importante perceber que a liderança religiosa cristã deveria apenas reconhecer a autonomia humana e sua coparticipação igualitária em todos os espaços, territórios e culturas.

Sendo assim, é preciso, urgentemente, entender e praticar o respeito a todas as formas de vida, ou seja, a partir das vivências comunitárias de todo grupo social, religioso, étnico e político, como princípio cristão e afirmação doutrinária. Pois é preciso respeito e atenção cuidadosa para não intentar dominar, subjugar, subalternizar outras vivências sociais ou demais pessoas. Jesus imprime liberdade da Lei, do que pesa e provoca tensão humana. Dessa forma, é importante destacar que, a priori, toda liderança cristã tem o dever de fomentar, fortalecer e multiplicar as diversidades e o respeito às diferenças.

¹Também por se tratar de uma confissão de fé em uma determinada cultura leva-se em consideração o fenômeno religioso, enquanto Antropologia da Religião, preferindo denominar deus com o “d” minúsculo.

Nesse sentido, podemos considerar que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil busca refletir a respeito desses temas libertários e de conhecimento das autonomias sociopolíticas e teológicas há décadas, a partir da sua própria história no Brasil. Essa é a experiência que a Província brasileira (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. <https://www.ieab.org.br/sobre/>) vivencia há mais de duas décadas, no desejo de incluir e respeitar a todas as pessoas e toda Criação, é o que chamamos internamente do ethos anglicano, ou jeito de ser da Igreja. Assim, nessa prática pastoral e missionária, podemos afirmar que o mundo é perfeito e toda criação é expressão Divina (Gn. 1,31)¹.

Acredita-se importante e significativa a oportunidade de compartilhar esse testemunho, como sinal de esperança para os dias atuais de tanta intolerância, desrespeito às diferenças e segregação, quando observamos também grande parte do mundo religioso brasileiro negando as garantias de direitos, ou até mesmo, perseguindo quem deseja tal equidade de direitos e proteção a vida.

No fundo, o maior desafio cristão dos dias atuais seria reconhecer sua autonomia em relação a tradição judaica mesmo que os textos que utilizamos como referência sejam vinculados ao Primeiro Testamento², baseado na tradição oral dos povos semitas ou mais popularmente conhecidos como povos judaicos. Assim, enquanto instituição cristã é necessário ultrapassar os limites dessa relação histórica já que a primeira fundamenta fortemente o patriarcalismo e por subsequente a normatização de masculinidades dominadoras, misóginas e normativas. Afinal, condicionou-se o homem a imagem e semelhança de um deus másculo, dominador e controlador.

Quando se fala sobre masculinidades, mulheridades, orientações e identidades de gênero é necessário também fazer análise das múltiplas culturas existentes no mundo e como essas culturas reagem de maneira distintas entre si. Dessa forma, é necessário não se fazer rogado aqui para evitar o erro de comparar as instituições ou até mesmo de julgar outras religiões que não se pautam a partir da vivência de Jesus de Nazaré.

¹Este breve artigo utilizará a narrativa do livro sagrado para judeus e pessoas cristãs buscando refletir sobre o cuidado divino à criação, a partir da narrativa de construção mítica e mitológica das tradições do livro (mais especificamente Judaísmo e Cristianismo). Em se tratando de um artigo para ambiente escolar e de ambiente de letramentos religiosos diversos, busca-se a máxima neutralidade ou evita-se a defesa religiosa de qualquer experiência e vivência de fé, considerando o Estado Brasileiro que pretende laicidade e liberdade de expressão religiosa em sua Constituição.

²Utiliza-se o termo Primeiro Testamento a partir da reflexão de pesquisadores da literatura bíblica que indica tal forma para não depreciar a primeira experiência literária como “velha”. E para o Segundo Testamento, mais conhecido popularmente como Novo Testamento, não condicionar a perspectiva de substituição do “velho”, dando conotação de algo ultrapassado. Antes, o Primeiro e o Segundo Testamentos dialogam entre si. O Segundo Testamento busca se afirmar a partir do Primeiro Testamento, sem o qual não perduraria historicamente.

Diante de tanta manipulação, dominação das liberdades humanas, dos crimes cometidos contra a Criação, podemos pensar que o cristianismo deixou-se levar institucionalmente por uma moral excludente, conservadora como verdade inquestionável e absoluta, que vitima pessoas em detrimento de salvaguardar os direitos humanos, da coexistência em diversidades e pluralidades, em coloridas formas de se expressar.

Toda pessoa de fé cristã precisa reconhecer como é importante a prática da inclusividade, do respeito às diferenças e à acolhida a todas as pessoas, independente da sua origem étnico-cultural, religiosa e das experiências territoriais que reservam em si, oralidade e transmissibilidade. E agora, atualizando as experiências religiosas, faz-se urgente, em nome da felicidade, refletir a importância de acolher a todas as pessoas para além das suas orientações sexuais, identidades de gênero e suas vivências sexuais e afetivas.

Podemos entender que não é direito de qualquer pessoa regradar a vida de outras pessoas a partir da experiência de fé, da confissão doutrinária ou de afirmações bíblico-teológicas divergentes. Ou de qualquer outro livro que se denomine sagrado por se tratar de uma afirmação religiosa. Cada pessoa tem sua própria experiência com a divindade que convier. E se essa divindade não for demasiadamente humana, para compreender, acolher e respeitar as dores humanas, não será divina.

Nessa perspectiva, nenhum discurso religioso pode pretender dominar os corpos e a vidas de nenhuma pessoa. Podemos afirmar diante do que estamos vivendo que as religiões servem para controlar a vida alheia, parece até contraditório agora, mas é isto que sentem na pele as pessoas LGBTQIA+ todos os dias desde que nasceram.

O que é necessário afirmar é que a espiritualidade e a conexão com a Criação, a partir de hermenêuticas alternativas de leituras bíblicas, podem propiciar liberdades, ou reconhecê-las, e ainda afirmar as autonomias humanas, e, quiçá, reconhecer a coexistência de toda Criação como divina e divindades. Assim nos respeitaremos mais e cuidaremos de nutrir afetos e amorosidades no lugar da ameaça e do medo.

A religião busca dominar as pessoas. As espiritualidades e discernimentos espirituais buscam libertar e possibilitar toda forma de amor e de amar. Não há espaço para se ocupar ou preocupar com a vida privada de quem quer que seja, a não ser em condição de preservar a vida e a integridade humana e de toda criação. Não há mais espaço para ditar regras desumanas sobre nossa humanidade pressupondo ser palavra de deus, sobretudo, quando se desrespeita a vida.

A vida é libertária, já a Igreja, ou qualquer instituição que imponha comportamento religioso normativo, impositivo e hegemônico, não servirá ao seu propósito de comunidade acolhedora. Isso ao custo das vivências humanas em alteridade e empatia a partir de suas diversidades e das dores da Criação. A instituição que assim agir, facilmente será excludente, preconceituosa, violenta, discriminadora, racista e praticará toda forma de exclusão.

Importa salientar, com coragem e dignidade, que nada disso tem a ver com os princípios de Jesus e com a forma e estilo de vida que levou quando esteve entre nós. Pelo contrário, cremos que Jesus não praticou discriminação, recriminação ou exclusão, nem priorizou as práticas religiosas em detrimento a preservação da vida.

É certo que os textos bíblicos e até mesmo os compilados teológicos que a tradição religiosa traz em si, por meio de sua história, sobretudo, as tradições católicas em suas catequeses, pouco tratam de forma humana as pessoas que divergem do modo heteronormativo, cisgênero e judaico-cristão. Tem-se, muitas vezes, práticas religiosas rígidas, pesadas e escravizadoras, tanto na tradição patriarcal judaica¹, quanto na forma rígida que a igreja se afirmou como apoiadora da escravidão e da colonização dos povos originários da África e das culturas ao sul global. Quanto aos primeiros anos da história do cristianismo, ou melhor, da história da igreja, se entende que o peso e o jugo que se colocam sobre os ombros das pessoas, isso à luz da Bíblia, refletem regras religiosas que nem mesmo quem as ditou poderia suportar. Pois se tratava de tirania e do interesse de subjugar as pessoas a uma dominação política e socioteológica por demais pesada.

Por exemplo, vamos pensar num texto bíblico tradicional da fé cristã e, quem sabe, refletir rapidamente sobre ele. O texto conhecido popularmente como “O filho pródigo (Lucas 15:11-32)”, onde encontramos três personagens masculinas nessa parábola: o filho que sai de casa, o pai que divide a herança e o acolhe de volta, e o irmão mais velho que resiste ao seu retorno. Já pensou na possibilidade desse rapaz não ter aguentado o peso de ser homem, pronto para se relacionar com uma mulher e gerar filhos como herança? Já pensou na possibilidade do filho que sai de casa não querer participar de guerras ou confrontos territoriais? Já pensou na possibilidade hermenêutica desse jovem ter orientação ou identidade de gênero divergente da normativa? E que por isso não aguentou o convívio familiar? Quantas possibilidades de reflexões bíblicas atravessam esse texto.

¹Para compreender essas condições é importante acessar teólogas feministas e hermenêuticas, tais como Ivone Gebara, Pastora Odja Barros, Nancy Cardoso, Romi Bencke; e outras teólogas afroameríndias, como Yury Puella Orozco.

Sabemos de movimentos religiosos que buscam liberdades e o reconhecimento das autonomias humanas; de segmentos religiosos que vivenciam a busca por uma sociedade equânime; de vivências religiosas, das mais diversas, que buscam traçar linhas de diálogos com as diferenças humanas e, também, encontramos vários movimentos e organizações sociais cristãs que buscam visibilizar as diferenças e garantir direitos humanos. Entretanto, tudo isso ainda é pouco ou quase nada diante dos sofrimentos causados pela rigidez religiosa. Ainda mais quando em um território ou nação, a partir de uma afirmação autoritária de lideranças despóticas e violentas, se faz capaz de defender afirmações teológicas e bíblicas para controlar a sociedade ao manipular textos bíblicos como “e conhecereis a verdade e a verdade vós libertará”. (Jo. 8,32). Ou liderança política que instrumentalizando a fé usam slogans politizantes e rasos capazes de controlar multidões. Quem assim afirma tem um caráter egoico e anticristão e só deseja ser idolatrado, acredite, nada tem a ver com Jesus e com seu estilo de vida.

O que se vive hoje no Brasil, e em grande parte do mundo, tem a ver com essa base preferencialmente institucionalizada, rigidamente religiosa, conservadora do mal e da exploração praticados por lideranças despóticas que seriam capazes, até mesmo, nesses dias que vivemos, caso Jesus vivesse entre nós e em nosso tempo, persegui-lo, prendê-lo, julgá-lo, torturá-lo e levar seu corpo novamente à cruz e a morte.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

ARMSTRONG, Karen Em defesa de Deus: o que a religião realmente significa / Karen Armstrong; tradução Hildegard Feist. —São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra / Leonardo Boff. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

MUSSKOPF. André Sidnei. Uma Brecha no Armário - Propostas Para Uma Teologia Gay. São Leopoldo. Fonte Viva. 2019.

LUTAS SOCIAIS:

A sigla LGBTQIAP+

Bandeiras da diversidade

História do movimento LGBTQIAP+

História do movimento LGBTQIAP+ no Brasil

Qual o nosso valor histórico?

Notas sobre a diversidade no Vale: Uma
abordagem inclusiva na microrregião São
Patrício

O IF Goiano e a diversidade

O que é o Nepeds?

A UEG e a diversidade

Como o direito da comunidade LGBTQIA+ tem
avanzado e suas críticas

A saúde da comunidade LGBTQIAP+

A SIGLA LGBTQIAP+

Por Fausto de Melo Faria Filho e Erick Luiz de Paulo Rodrigues

A sigla LGBTQIAP+ designa diversas minorias sexuais e de gênero em resposta ao tamanho do espectro e das demandas da comunidade. A sigla LGBT entrou em uso na década de 1990 para substituir o termo gay que era usada para se referir a todos os membros da comunidade na época, deste então vem crescendo e ajudando a visibilizar outros indivíduos.

Apesar da comunidade lutar contra as imposições de padrões e a favor da expressão livre de gênero e de relação afetiva e sexual sem a relevância de se enquadrar em algum grupo, o aumento da sigla é importante, pois do ponto de vista político e de lutas sociais é necessário visibilizar as especificidades de cada minoria.

L

Lésbicas: mulheres que sentem atração afetiva/sexual por outras mulheres;

G

Gays: homens que sentem atração afetiva/sexual por outros homens;

B

Bissexuais/ biafetivos: indivíduos que sentem atração afetiva/sexual por homens e mulheres;

T

Transsexuais ou transgêneros: indivíduos que se identificam com o gênero oposto do que socialmente lhes é atribuído (em uma visão binária do gênero);

Q

Queer: indivíduos que fogem do padrão heterocisnormativo;

I

Intersexuais e intergêneros: indivíduos que destoam do padrão binário masculino e feminino para sexo biológico ou indivíduos que destoam do padrão binário masculino e feminino para sexo biológico e gênero;



Assexuais e arromânticos: indivíduos que não sentem, ou sentem pouca, atração afetiva/ sexual;



Pansexuais ou pan-afetivos: indivíduos que sentem atração afetiva/sexual por pessoas, independente dos seus gêneros;



Todos os outros gêneros e orientações afetivas e sexuais, tais como: **onissexual, oniafetivo, demissexual, demiafetivo, ceterosexual, ceteroafetivo**, outros não citados neste guia, ou ainda, não descritos na literatura, ou que ainda virão existir.

BANDEIRAS DA DIVERSIDADE

Por Fausto de Melo Faria Filho, Erick Luiz de Paulo Rodrigues e Evellyn Cristina Teles Gomes.

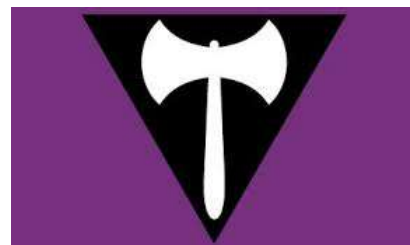
A seguir algumas bandeiras que são símbolos da luta de várias intersecções dentro da comunidade LGBTQIAP+.



Bandeira do Orgulho
LGBTQIAP+



Bandeira das pessoas aliadas à causa
da diversidade sexual e de gênero



Bandeira do orgulho
lésbico



Bandeira do orgulho gay



Bandeira dos não-
binários



Bandeira dos
Intersexuais



Bandeira dos gênero-
fluido



Bandeira dos
agênero



Bandeira dos
transgêneros



Bandeira dos
intergêneros



Bandeira dos
poligêneros



Bandeira dos
pangêneros



Bandeira dos
bigêneros



Bandeira dos
arromânticos



Bandeira dos
arromânticos-cinza



Bandeira dos
demissexuais



Bandeira dos
bissexuais



Bandeira dos
polisssexuais



Bandeira dos
assexuais



Bandeira dos
ceterossexuais



Bandeira dos
onissexuais



Bandeira dos assexuais-
cinza



Bandeira dos
Pansexuais



Bandeira dos
ginossexuais



Bandeira dos
androssexuais



Bandeira do
movimento Queer

HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTQIAP+

Por Natália do Carmo Louzada

Os estudos dedicados à história do movimento LGBTQIAP+ apontam o final da década de 1940 como momento de nascimento do movimento social homossexual, cujo início teria se dado a partir da criação do Center for Culture and Recreation, em Amsterdam, uma organização destinada a desconstruir a imagem negativa atribuída à homossexualidade, por meio de uma publicação mensal, intitulada Levensrecht ("Direito de viver"), e da oportunização de ocasiões de sociabilidade e fomento à tolerância para com homossexuais.

Nos Estados Unidos, durante a década de 1950, foi organizado outro importante grupo: o Mattachine Society. De caráter clandestino, dada sua associação à esquerda socialista norte-americana, o Mattachine Society promovia discussões sobre homossexualidade, bem como palestras oferecidas por psiquiatras e médicos, sendo que, posteriormente, dele se desdobrou o Daughters of Bilitis, grupo especificamente direcionado às mulheres lésbicas.

Ao longo das décadas seguintes, ainda nos Estados Unidos, diversas associações foram criadas, radicalizando a autoafirmação das pessoas homoafetivas e, entre elas a Society of Individual Rights, organização homossexual de São Francisco, que adquiriu protagonismo no país. Todavia, foi a rebelião de Stonewall, transcorrida em 28 de junho de 1969, que se tornou o mais importante símbolo do início do movimento social LGBTQIAP+ (FACCHINI, 2011).

Naquela ocasião, o público gay do bar Stonewall Inn, da cidade de Nova Iorque, se revoltou contra a violência policial de que costumeiramente era alvo e, revidando com objetos lançados contra as forças policiais, reuniu verdadeira multidão que, durante três dias, exigiu a libertação das pessoas detidas no bar. Nesse sentido, a data de 28 de junho se internacionalizou como "Dia do Orgulho Gay".

Após os avanços em diferentes países do Ocidente em termos da garantia de direitos civis e políticos às mulheres, os diferentes movimentos feministas se dedicaram a reivindicar o reconhecimento e superação das violências e limitações à sexualidade feminina impostas às mulheres em sociedades patriarcais.





Deste modo, durante aquilo que se denomina como terceira fase ou terceira onda de feminismos, iniciada na década de 1990, tanto a militância quanto a produção acadêmica feminista passaram a se orientar pela teoria queer, que questiona a normalização binária dos padrões de gênero e sua consequente negação à condição de existência de sujeitos não identificados com as noções de feminino ou masculino.

Esta teoria, que tem como expoente a filósofa norte americana Judith Butler, contesta ainda a ideia de uma coerência intrínseca entre sexo, gênero e desejo. Apresenta, por exemplo, a possibilidade de corpos dotados de órgãos reprodutores masculinos, performarem socialmente a identidade de gênero feminina, ao mesmo tempo em que sentem desejo heterossexual. Em resumo, as pessoas hoje autodenominadas como LGBTQIAP+.

A terceira onda feminista se propôs a refletir acerca das desigualdades de raça, classe e demais pluralidades que atravessam as condições de vida das diferentes mulheres existentes, resignificando assim a própria noção social por meio da qual se delimita a categoria mulher.

Desde então, as mulheres passaram a ser pensadas no plural: mulheres negras, mulheres trabalhadoras, mulheres do campo, mulheres transexuais, mulheres travestis, entre outras, abrindo espaço à pauta da diversidade sexual e de gênero no âmbito dos feminismos, bem como à associação entre pautas dos movimentos feministas e movimentos LGBTQIAP+, cuja produção intelectual contemporânea também se assenta sobre a teoria queer (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016), (BUTLER, 2003).

HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTQIAP+ no Brasil

Por Natália do Carmo Louzada

No Brasil, o movimento social homossexual surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, na esteira de movimentos antiautoritários, contrários ao endurecimento da Ditadura Civil Militar, em curso no país. Neste contexto, movimentos estudantis, antirracistas e feministas ganharam visibilidade, assim como se constituíram movimentos como o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, criado em São Paulo, e o Jornal Lampião da Esquina, editado no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover reflexões acerca do sexismo e abrir caminho para a afirmação da diversidade sexual (SIMÕES, FACCHINI, 2009).

No ano de 1979, também no Rio de Janeiro, foi realizado um primeiro encontro de homossexuais militantes, cujas resoluções perpassaram a inclusão do respeito à opção sexual entre os direitos resguardados pela Constituição Federal; a criação de uma campanha pela retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID); bem como a convocação do primeiro encontro nacional de grupos homossexuais organizados.

Este encontro transcorreu na cidade de São Paulo, em abril de 1980, sendo seguido, em 13 de junho do mesmo ano, pela realização da primeira passeata contra a violência policial endereçada a homossexuais naquela cidade. Durante a década de 1980, o Grupo Gay da Bahia assumiu protagonismo nacional na luta contra a patologização da homossexualidade, resistindo, junto a demais organizações brasileiras, à “guetização” e à associação entre a AIDS e a homossexualidade, reivindicando direitos civis plenos, a serem conquistados por meio de políticas públicas dedicadas não apenas à população homossexual, mas estendidas à conscientização da sociedade como um todo (FACCHINI, 2010).

A partir da convocação de um segundo encontro de homossexuais, realizado em 1993, o chamamento passou a abranger também as lésbicas. Naquela ocasião, manifestou-se o desejo de criação de uma entidade nacional: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, cuja concretização se deu em 1995, por meio da associação entre 31 organizações distintas (ABGLT, s/d).

QUAL O NOSSO VALOR HISTÓRICO?

Por Ítalo Alessandro Lemes Silva

O histórico construído pelas comunidades em defesa das liberdades individuais, no que toca à sexualidade plural, ou seja, à atuação de militância e resistência na procura por garantir a possibilidade de existência política para as pessoas que se identificaram fora do modelo hegemônico dos colonizadores, não é, nem em mais alto nível de alucinação, um campo de apenas purpurinas e risos como que fantasiou a representação midiática nas últimas décadas.

É fundamental, neste momento de conquistas e retardados, reconhecer o valor do sangue que escorreu e permanece escorrendo pelas várias caras da violência misógina que persiste em permanecer na realidade do patriarcado. Realidade essa que não cansa de se inscrever e se reinventar nas existências. Nos vários momentos de reflexões, de cursos e de leituras quanto a questão histórica da comunidade LGBTQIAP+ a gente sempre se percebe diante de uma indagação para responder sobre a responsabilidade de conhecer nossa história e com isto dar conta de sustentar uma visão engajada politicamente no quadro de agora.

A pergunta que implica e incomoda é: o que há de estabelecido nessa sociedade e como posso agora me estabelecer? Talvez, e esse talvez precisa fazer ecos em cada um de nós, as seduições das migalhas do que nos prometeram, como avanço na civilização do espetáculo de consumismo, são como encantamentos místicos que fazem o trono da tradição da pátria e de todos os fenômenos que apenas parece evolução social na representação.

É preciso nos posicionar naqueles pequenos grupos, como sinal de que existimos e fazemos valer nossa dignidade de ser. O simples falar, como mecanismo de fazer "valer a nossa voz". Isso passa pela presença ou pelo debate que precisa denunciar inclusive piadinhas. Já é hora de colocar em prática a constatação de que o que fazia rir agora é crime. A ofensa já é reconhecida como violência ao grupo. Nisto precisamos saber também a que lugar pertencemos, para recordar que quando ofendem qualquer um de nós, estamos todas e todos nesse ódio que combatemos amando, mas um amor que não se põe em negociação.

Nossa luta pode ser com amor e por amor, porém com a visão crítica reconhecemos que esse amor precisa transbordar em ações concretas, de intervenção no meio em que vivemos. Cabe marcar que, nos últimos anos, a via do judiciário desenvolveu como reconhecimento legal das pessoas LGBTQIAP+: adoção, casamento civil, direito por doação de sangue e a criminalização da LGBTfobia no Brasil, na forma de violência, estabelecida como crime de ódio no ponto de racismo, portanto crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

Precisamos dar conta da consciência de que todos os direitos garantidos no Brasil, até agora, não vieram do Poder Legislativo e sim do Poder Judiciário, que buscou interpretar a ausência da atuação daqueles que foram eleitos na democracia. É necessário que os corpos desviantes se politizem democraticamente para eleger representações que os escrevam no texto de poder da Lei.

NOTAS SOBRE A DIVERSIDADE NO VALE: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA NA MICROREGIÃO SÃO PATRÍCIO

Por Rafael Alves Oliveira

Desde o início de sua trajetória, o movimento LGBTQIAP+ busca lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação. O processo de abertura política fez com que muitos movimentos buscassem se articular em defesa de direitos. Os ativistas sabiam que o momento era favorável, embora também tivessem consciência de que muitos obstáculos ainda existissem. A forma como o ordenamento jurídico encara a homossexualidade é fundamental para o reconhecimento dos direitos, pois é a partir daí que as leis contribuem para a humanização destes grupos.

O movimento LGBTQIAP+ não é uma proposta apenas de homens e mulheres que tenham afeto ou desejo sexual por pessoas do mesmo sexo. Desde as suas primeiras manifestações esteve caminhando junto com outros personagens, de outros movimentos, como o feminista. O LGBTQIAP+ é heterogêneo “(...) sob o mesmo guarda-chuva pretendem amparar-se, além dos gays e das lésbicas, travestis, transexuais masculinos e femininos e os bissexuais” (CONDE, p.43, 2004).

A conquista por direitos sempre foi uma tarefa árdua. Enfrentar a discriminação e exclusão social implica na promoção da democracia e cidadania social, onde o movimento conseguiu ganhar visibilidade social e promover várias mudanças na sociedade contemporânea, desde a criação de políticas públicas, incentivos e parceria aos segmentos LGBT's.

O processo de institucionalização das políticas públicas para a população LGBTQIAP+ no Brasil é recente, tendo início em 2004, com o Programa Brasil sem Homofobia. Ainda há muito a se fazer para que esses direitos sejam efetivados, pois grande parte das políticas estabelecidas está marcada pela fragilidade institucional e estrutural do Estado quanto à execução.

Não podemos negar que o movimento conseguiu materializar muitas conquistas, pois até pouco tempo atrás esta população era invisibilizada em diversos aspectos. Portanto, não há como retroceder no reconhecimento destes direitos e diferenças sexuais, pois estes direitos já são positivados pelo Estado, sendo obrigação das instâncias garantir sua efetivação.

É importante reconhecer que, apesar dos avanços, ainda existe um longo percurso a ser vencido em busca da visibilidade e cidadania, almejadas tanto por esse grupo, em especial, quanto por seguimentos marginalizados, como mulheres, idosos, negros, deficientes, dentre outros segmentos que lutam por reconhecimento e direitos sociais.

Frente ao exposto, chega-se ao intento de formalizar o conceito de Coletivo. Sendo este, considerado um grupo de pessoas que se identificam com os mesmos ideais políticos, econômicos ou culturais, que tem por objetivo estimular o debate, desenvolver ações e, ao mesmo tempo, propor soluções estratégicas que sejam capazes de promover mudanças significativas na sociedade, frente aos seus problemas sociais, a partir de uma mobilização coletiva conduzida de forma autônoma, democrática e transparente.

O Estado de Goiás, vergonhosamente, ocupa um reduto entre os Estados que mais matam LGBT's ao redor do país. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2018 foram contabilizadas 420 mortes registradas em todos os estados brasileiros e no distrito federal, sendo 320 homicídios e cerca de 100 suicídios. O cenário retrata a vulnerabilidade da população LGBTQIAP+ que convive diariamente com a discriminação e preconceito de uma grande parte da sociedade conservadora que manifesta sua aversão, na maioria das vezes, em forma de violência física, moral e psicológica.

Nos últimos anos o movimento conquistou vitórias significativas em razão da sua capacidade de conscientizar e mobilizar a própria comunidade, e demais simpatizantes, a cerca de seus direitos e reivindicações legítimas. Entretanto é necessário avançar, cada vez mais, para garantir desde o acesso até a plena efetivação das políticas públicas direcionadas à educação, saúde, moradia, emprego e renda, com objetivo de resgatar a dignidade humana e o pleno exercício da cidadania da comunidade.

Um movimento só se consolida de fato, sobretudo, com a participação de todos aqueles que se sentem excluídos e injustiçados e que, ao mesmo tempo, dispõe de um esforço coletivo e organizado para modificar situações ou impedir retrocessos. Nesse sentido, o coletivo "Uns Por Tódes" se caracterizou como uma rede de apoio mútuo à comunidade LGBTQIAP+ da cidade de Goianésia e região, que discutiu, organizou e executou ações sociais, por meio do voluntariado, ligadas às diferentes minorias e entidades comprometidas com o bem-estar social de grupos marginalizados. Portanto, o coletivo surge com o intuito de proporcionar a devida visibilidade à comunidade, desconstruindo estigmas sociais, marcados pela perseguição, pelo ódio e pela intolerância, nos posicionando frente à sociedade, acima de qualquer pontual diferença, como iguais.

Ao longo dos dois anos de plena execução, o "Uns Por Todos" acolheu LGBT's do município de Goianésia e região, fornecendo apoio moral e psicológico, de forma incondicional, para colaborar diretamente no processo de aceitação e superação de problemas que estivessem relacionados a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Para além disso, a instrução, com vista a suscitar capacitação e formalizar lideranças LGBT's, no referido município e regiões, aptas a participar ativamente na formulação de políticas públicas direcionadas à comunidade, ocupando posições de notória representatividade na Administração Pública, contribuindo diretamente para o fortalecimento do coletivo e do movimento como um todo.

Portanto, constata-se que a sociedade representa um espaço privilegiado, onde os diversos movimentos sociais constroem a oportunidade de manifestar suas reivindicações, mostrando, dessa forma, as mais variadas necessidades dos distintos grupos que se encontram, muitas vezes, marginalizados por uma parcela da própria sociedade que detém o poder político e econômico. Essas manifestações provocam a atenção dos governos e do Estado, impulsionando, dessa maneira, demandas para as possíveis políticas públicas.



Fonte: Acervo do @coletivo.unsportodes

O IF GOIANO E A DIVERSIDADE

Por Douglas de França Alves

Sempre gosto de contar para meus amigos como estudar em um instituto federal mudou a minha visão sobre o mundo, me ajudou a entender quem eu era.

Fui criado no interior de Goiás, em uma cidade pequena, dessas que a gente mal vê ao passar na estrada a caminho da capital. Meus pais tiveram criação simples e regrada, viveram toda a infância e adolescência no sertão nordestino, filhos de pais com pouco estudo. A família do meu pai vivia na roça, onde as mulheres eram responsáveis pelas atividades domésticas e os homens tinham que plantar e cuidar das poucas cabeças de gado. Minha mãe, por outro lado, morava em uma cidadezinha do Rio Grande do Norte, filha de pai e mãe pastores protestantes. Ainda jovens, meus pais vieram pra Goiás, onde formaram família, e, como era de se esperar, tiveram sua própria criação como principal influência em como lidar com seus filhos.

Cresci em um ambiente religioso e marcado pelo machismo. E falo isso ciente de que meus pais pouco tiveram informação para que fosse diferente. Nesse ponto, paro para refletir como as famílias eram e ainda são despreparadas para lidar com filhos não cis e não heterossexuais. Tudo que aprendemos é guiado por uma sociedade patriarcal e misógina, que faz com que crianças da comunidade LGBTQIAP+ sejam oprimidas desde cedo, obrigando-as a esconder suas características que não são aceitas no próprio ambiente familiar. Crescemos sem autoestima, sem entender nossas diferenças, sem acesso a informação adequada e sem abertura para diálogo sobre questões que toda criança ou adolescente precisa.

Quando eu tinha 15 anos, foi inaugurado um instituto federal na minha cidade. Sem saber direito o que significava eu me inscrevi e passei em um curso técnico. No ano seguinte comecei a estudar lá e foi aí que a mudança começou. No IF tive possibilidade de conhecer estudantes de várias localidades, com várias histórias de vida e comecei a ver nessas pessoas partes do que eu era. Também tive contato com grupos de professores e estudantes que falavam abertamente sobre sexualidade e inclusão social. Nas minhas escolas anteriores, esses temas eram veladamente proibidos, além de todo o **bullying** praticado com quem parecesse gay, lésbica e/ou transexual. Tenho total certeza que foram os espaços criados pelo IF que me proporcionaram um sentimento de inclusão da minha subjetividade que até então me envergonhava tanto e era marginalizada pela minha família.

Hoje, como parte integrante do IF Goiano, e depois de muito aprendizado, vejo que não existe forma de desvincular o papel de uma instituição pública de ensino e a diversidade. Nossa função principal é prover educação de qualidade principalmente para grupos que não tem acesso à mesma. Como educar um público tão diverso sem abraçar e ensinar sobre tamanha diversidade? Como educar sem desconstruir preconceitos que andam na contramão do processo de inclusão social? Anos atrás, com todos os privilégios que sei que exerço, eu fui abraçado por um IF e espero, de verdade, que ainda possamos trabalhar para incluir e ensinar muitos adolescentes e jovens que precisam dessa ajuda tão importante que, em grande parte das vezes, não existe em casa. Elas e eles precisam de nós.

O que é o NEPEDS?

Por Cláudia Correia da Silva Barros e Fausto de Melo Faria Filho

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, no ano de 2018, criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (Nepeds), mediante a publicação da Resolução nº 37, de 23 de fevereiro. O Nepeds constitui-se como um núcleo propositivo e consultivo na promoção de ações de combate à LGBTQIAP+fobia, atuando juntamente com as pastas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Campus Ceres, em abril de 2019, estabeleceu a criação do núcleo com a participação de servidores técnicos administrativos, docentes e estudantes. A partir desta data, o Nepeds tem ampliado suas ações, tornando-se referência para a comunidade acadêmica e para a comunidade de Ceres e região.

Dentre as ações realizadas, destacam-se: realização de campanhas institucionais; organização de mesas-redondas, palestras e oficinas no Campus Ceres e em outros campi do IF Goiano, em escolas da rede pública da região de Ceres e em outras instituições; organização de cursos de formação; posicionamentos acerca de materiais institucionais não representativos; orientação aos gestores; bem como elaboração e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Algumas das ações realizadas pelo núcleo podem ser conferidas a seguir:



Produção de textos inclusivos para o informativo IF em Movimento, projeto de divulgação das ações do Campus Ceres.



Campanha onde mulheres enviavam mensagens de encorajamento para outras mulheres.



Organização de mesa-redonda com a participação de mulheres com diferentes lugares de fala.



Campanha no IF Goiano - Campus Ceres para que mulheres elogiassem outras mulheres da instituição.



Campanha realizada nas redes sociais do IF Goiano - Campus Ceres.



Campanha realizada nas redes sociais do IF Goiano - Campus Ceres.



Orientação às gestões do IF Goiano sobre o uso de imagens não representativas.



Organização e participação em curso de formação sobre questões de diversidade sexual e de gênero.



Campanha realizada nas redes sociais do IF Goiano para tratar de vários tabus acerca da comunidade LGBTQIAP+



Organização institucional de evento sobre diversidade sexual e de gênero.



Campanha de luta contra a pressão estética.



Apoio na organização de evento sobre diversidade sexual e de gênero na região do Vale do São Patrício.



Apoio na organização da exposição de curtas LGBTQIAP+.



Campanha de visibilidade sobre a existência de corpos trans.



Organização de evento que valoriza os trabalhos realizados por mulheres e para mulheres no IF Goiano - Campus Ceres.



Campanha de visibilidade da luta feminina realizada no dia internacional da mulher.



Construção de mural educativo sobre a luta das mulheres.

A UEG E A DIVERSIDADE

Por Alemar Moreira de Sousa e Lorena Francisco de Souza

O espaço escolar sempre foi um desafio para os corpos LGBTQIAP+, afinal, é uma fronteira entre a casa, o campo e a cidade. Pode ser um lugar acolhedor ou que atenua e acentua os preconceitos e, principalmente, a exclusão. Neste sentido, construir um espaço plural, diverso e que compreenda a diferença como um aspecto agregador é a maior garantia de acesso, permanência e êxito das (dos) estudantes. Para tanto, das séries iniciais até a pós-graduação existem inúmeras barreiras e nem todos conseguem superar os empecilhos para sentir-se pertencente aos lugares de ensino-aprendizagem.

Para além da legislação acerca dos reconhecimentos de corpos sexo-gênero dissidentes no ambiente escolar, como nome social e projetos políticos pedagógicos que contemplem a diversidade/diferença, é necessário efetivar essas políticas públicas, através da capacitação da gestão e do “corpo” docente e dos técnicos educacionais.

Estas questões são importantes para pensarmos sobre diversos aspectos: 1 – Como construir um espaço escolar o mais diverso possível? 2 – Como compreender que estes corpos “marcados” pela diferença já ocupam estes lugares? 3 – Quais são as políticas públicas de acesso, permanência e êxito destes(as) discentes? 4 – Quais projetos de ensino, pesquisa e extensão que abordam tal temática são desenvolvidos pelas instituições? 5 – Como cumprir a função social das instituições na construção de um ambiente plural, diverso e que compreenda a diversidade e diferença?

O lugar da escola é vivenciado e experienciado no cotidiano como um território de fronteira, que pode se transformar em refúgio contra todos os tipos de violência, ou pode se transformar no espaço da violência. O Brasil apresenta estatísticas altamente violentas acerca da evasão escolar, exclusão e assassinatos de LGBTQIAP+. Assim, a partir da dissidência de gênero e sexualidades, estas pessoas são expulsas da casa, escola e não são inseridas no mercado de trabalho. Os fatores geracionais também impactam todo o processo de ensino-aprendizagem, pois essas violências estão/estarão desde a tenra idade até o envelhecimento.

A possibilidade de chegar na Universidade representa o processo de transposição das fronteiras estabelecidas pela sociedade para os corpos sexo-gênero dissidentes. Neste aspecto, é importante apresentar os diversos eixos de opressão impostos aos corpos LGBTQIAP+, tais como questões religiosas, étnico-raciais, de origem e de classe social. O espaço universitário ainda é marcado pelas “poucas” travestis e trans que superaram as barreiras e estão construindo um espaço acadêmico na resistência.

Sabemos que o papel da universidade é articular ensino, pesquisa e extensão, respeitando a autonomia, a diversidade e a inclusão. O que vemos com o fortalecimento dos movimentos sociais é uma pressão interna e externa para que esta instituição respeite as diferenças e a considere em seus planos de desenvolvimento e em seus currículos. Hoje a comunidade LGBTQIAP+ está na universidade problematizando a ausência, o silenciamento e a discriminação. É esse movimento que a impulsiona para a mudança, para a reflexão de suas práticas, programas e projetos, que podem gerar novas abordagens, novas formações profissionais, integradas às demandas dos sujeitos na construção de uma história coletiva.

A Universidade Estadual de Goiás está atenta a seu compromisso com a diversidade e as diferenças, pautada no respeito e no apoio a atividades que promovam a cidadania da comunidade LGBTQIAP+. Mas devemos garantir que ensino, pesquisa e extensão sejam propulsores do respeito e atentos às políticas de acesso e permanência deste grupo social, bem como à discussão sobre gênero e sexualidades no currículo, sobretudo, na formação de professores e professoras.

COMO O DIREITO DA COMUNIDADE LGBTQIAP+ TEM AVANÇADO E SUAS CRÍTICAS

Por Maria Luiza Curado

No Brasil, a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais variações biológicas de sexo, identidades de gênero e orientações sexuais e afetivas (LGBTQIAP+) é uma realidade alarmante. Podemos verificar este fato a partir dos relatórios anuais de mortes LGBTQIAP+ disponibilizado pelo Grupo Gay da Bahia, a associação mais antiga de defesa dos direitos humanos dos homossexuais¹.

Paralelo a isto, temos que o Direito é a força coercitiva do Estado. A própria Constituição Federal, que é a nossa Lei Maior, assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei¹. Sendo assim, por meio da legislação, temos a possibilidade de avançar para assegurar a igualdade de direitos da comunidade LGBTQIAP+.

Todavia, uma crítica contundente neste sentido, é que a lei não é medida suficiente, sendo a implementação de políticas públicas a atitude mais acertada, embora os resultados venham a longo prazo. No entanto, diante da complexidade em avançar neste cenário de proteção aos grupos vulneráveis, como tem sido feito em relação aos idosos, crianças e adolescentes, mulheres e demais, a lei ainda nos parece ser a medida emergencial que podemos dispor.

A par disto, a complexidade existe por ser necessária a atuação do poder legislativo, executivo e judiciário, instituições que são, em sua maioria, conservadoras. Entretanto, temos visto o Supremo Tribunal Federal (STF), órgão do judiciário, diminuir a distância do acesso a igualdade de direitos pela comunidade em questão. As críticas são técnicas, como, por exemplo, existe um ativismo judicial, mas não podemos negar que há violência e uma inércia estatal.

¹CF. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [...]

Em relação aos direitos já conquistados, por exemplo, a Constituição Federal prevê a união estável entre “homem” e “mulher”¹, reproduzidas as expressões também pelo Código Civil². Então, o STF, em 2011 (ADPF 132 e ADI 4277), declarou, que a união estável entre pessoas do mesmo sexo também pode ser convertida em casamento civil. Parece óbvio, mas foi preciso que o STF, como guardião legal da constituição, pudesse dizer.

A partir disto, em 2013 o Conselho Nacional de Justiça ainda editou uma Resolução (Resolução nº 175, de 14/05/2013) dispondo que não pode haver recusa da celebração do casamento civil ou conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo, e caso isto ocorra, providências poderão ser tomadas.

Daí surge mais uma questão: o judiciário tem entendido que, se pessoas do mesmo sexo podem constituir família, elas também podem adotar. E quando se diz que “o judiciário tem entendido”, é porque a legislação é omissa neste ponto, o que não impede que a adoção por LGBTQIAP+ aconteça, considerando, sempre, o melhor interesse da criança.

Seguindo, em 2018, o STF (ADI 4275), por unanimidade, reconheceu que pessoas trans podem alterar o nome no registro civil, sem que haja a submissão da cirurgia. Quer dizer, o interessado altera o nome no próprio cartório, fazendo apenas uma autodeclaração. E, apenas para complementar, caso a pessoa queira realizar a cirurgia de redesignação de sexo, o procedimento pode ser feito pelo Sistema Único de Saúde – SUS, conforme portaria do Ministério da Saúde.

Por último, em 2019, o STF equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo (ADO 26 e Mandado de Injunção 4733), reconhecendo que a violência existe, e que o Congresso Nacional tem demorado para editar leis neste sentido. A polêmica surge porque, no âmbito penal, somente pode haver a criação de crime por meio de lei, fazendo com que a comunidade jurídica entenda que o STF acabou por “legislar”. Porém, o que o redator do julgamento fez, foi interpretar o racismo não somente como biológico ou fenotípico, entendendo que a comunidade LGBTQIAP+ tem direito a esta proteção.

Outro ponto a ser debatido, é a crítica a respeito da superlotação carcerária e do punitivismo estatal. No entanto, inegável que algo precisa ser feito, e lamentavelmente, a urgência é real. Assim, enquanto as autoridades se omitem em legislar ou em adotar políticas públicas, a interpretação do STF tem protegido a comunidade LGBTQIAP+.

¹CF. Art. 226 [...] 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

²CC. Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

Nesta decisão, importante asseverar que a criminalização não atinge a liberdade religiosa, porém não pode configurar discurso de ódio nem incitar a violência. Mais uma crítica surge neste quesito, porque, muitas das vezes, o preconceito vem da crença religiosa. Todavia, um limite foi estabelecido, e não sendo cumprido, a lei do racismo (Lei 7.716/89) será aplicada.

Ainda, no âmbito não-penal, em algumas unidades federativas brasileiras, existem leis punindo a homofobia. Um exemplo é do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.948/2001), que foi pioneiro neste sentido, ainda em 2001, para dispor sobre “[...] as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual”, como, por exemplo, a aplicação de multa.

Importante ressaltar que, no mundo, embora alguns países ainda possuam leis contra a homossexualidade, o avanço pela proteção dos direitos tem acontecido. Podemos verificar isto a partir do mapa publicado pela organização ILGA - Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais, com sede na Suíça. Na América-latina, México, Equador e Bolívia possuem proteção constitucional contra a discriminação por orientação sexual. No tocante a “ampla proteção”, estão inclusos o Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, Peru e Uruguai. A crítica deste mapa é que não inclui dados sobre transexuais, somente gays, lésbicas e bissexuais.

Concluindo, apesar dos pontos controvertidos mencionados, como o ativismo judicial, ou a utilização da lei como medida emergencial, incluindo o punitivismo penal e a ausência de políticas públicas que efetivamente poderiam resolver a questão da violência contra LGBTQIAP+, percebe-se que temos avançado. Embora exista uma dificuldade em mapear e colher dados reais da violência, fazendo um recorte específico e preciso, o primeiro passo já foi dado, e daqui em diante lutaremos mais e mais para que a informação seja divulgada e a legislação seja cumprida.

A SAÚDE DA COMUNIDADE LGBTQIAP+

Por Mateus Gomes Beltrão

Comunidade transgênero:

É meio irreal imaginar um homem indo ao ginecologista para coletar um exame Colpocitopatológico, popularmente conhecido como Papanicolau, ou uma mulher indo ao urologista para realizar um exame de próstata, ou talvez um casal buscar um acompanhamento de saúde e planejamento familiar em que é o parceiro que irá acolher e gestar a criança em seu útero. Ao lado de Universalidade e Equidade, a Integralidade compõe os três pilares básicos do Sistema Único de Saúde. Então, o que ainda falta para que esse eixo tão importante e acolhedor contemple as pessoas transexuais e travestis?

Orientação sexual e identidade de gênero são reconhecidos pelo Ministério da Saúde como determinantes sociais e condicionantes de saúde, sendo que a exclusão social, intolerância, preconceito e estigma são fatores geradores de sofrimento, principalmente psíquico e social, e levam ao distanciamento dessa população dos serviços e cuidados em saúde. Tendo em vista essa problemática, em 2011 foi formulado, também pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT), que é um conjunto de diretrizes que buscam traçar estratégias, planos e metas sanitárias que contemplem as individualidades dessa população, resultando numa maior adesão e aproximação aos sistemas de saúde, em especial a Atenção Primária (Unidade Básica de Saúde, CAPS, Estratégias de Saúde da Família) que é, preferencialmente, a porta de entrada aos serviços de saúde e que tem um papel único e fundamental no acolhimento, fortalecimento de vínculos e um cuidado mais próximo e continuado da população.

O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2017, afirma que a expectativa de vida de uma mulher transgênero no Brasil é de 35 anos e que a cada 16 horas uma pessoa transgênero é assassinada no país, liderando o ranking de maior violência contra a população LGBTQIAP+, em especial pessoas transgênero. Existe, ainda, uma expectativa de que os dados reais serem bem maiores que esses, isso porque o sistema muitas vezes é fraudado com a subnotificação dos casos, que ao invés de serem tratados como crimes de ódio são abordados como infrações comuns ou sequer são notificados, fator que muitas vezes também está diretamente associado ao preconceito e discriminação, resultando em um cenário nada favorável e acolhedor para essas pessoas.

Apesar de todas conquistas e avanços, muitos estudos apontam que o Sistema de Saúde brasileiro ainda está bem distante de ofertar para a população transexual um serviço de saúde de qualidade e que vai ao encontro dos pilares do SUS, promovendo a Universalidade, Equidade e Integralidade. Pesquisas apontam que o preconceito e exclusão ainda são constantemente observados em unidades de saúde, principalmente por profissionais que atuam há mais tempo. Outro ponto a ser ressaltado é a falta de preparo e a falta de interesse de muitos em se atualizarem e buscarem conhecimento sobre as singularidades dessas pessoas, se mostrando incapazes de solucionar problemas simples.

O modelo biomédico de saúde (centralizado em doenças, cura e no profissional médico) com suas ideologias imediatistas e verticais de atendimento, esquecendo das peculiaridades, histórico e talvez a verdadeira raiz do problema, que algumas vezes não é algo de origem biológica, reforça estigmas e afasta cada vez mais essas pessoas de um atendimento humanizado e integral, não proporcionando a essas pessoas uma atenção biopsicossocial, um acolhimento de qualidade ou métodos de promoção de saúde e prevenção de agravos que atenda suas necessidades e individualidades.

Discriminação, exclusão, julgamento, óbices de diálogo entre profissional de saúde e paciente transgênero e a violação do direito ao uso do nome social, além de se enquadrarem como crime contra a população LGBTQIAP+, afastam cada vez mais essas pessoas dos serviços de saúde e privam de uma atenção equânime e integral contribuindo para o aumento significativo do surgimento de pessoas doentes e em sofrimento psíquico, dificultando cada vez mais os cuidados em saúde.

De acordo com Da Silva (2020), uma das formas de promoção e vigilância em saúde para a população transsexual e garantia da correta aplicação da PNSILGBT é a aplicação de uma ficha de notificação de violências, com a incorporação dos campos “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “nome social”, tipo e motivação da violência e, não apenas a implementação, mas a garantia da fiscalização e qualificação para que possam ser evitados os casos de subnotificação. Outro ponto trazido é a educação permanente e popular em saúde com enfoque na humanização, respeito, dignidade humana, respeito dos nomes sociais e da pluralidade referente a orientação sexual, identidade de gênero e outros temas relacionados à sexualidade. É imprescindível a inclusão desse debate no âmbito acadêmico e grades curriculares, para que haja desde a formação acadêmica uma visão holística e individualizada dessas pessoas, proporcionando acolhimento qualificado, prevenção de doenças e promoção de saúde, e uma terapêutica condizente às necessidades e singularidades da população transexual.

Estigma do HIV na comunidade LGBTQIAP+

O primeiro caso relatado da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi no ano de 1981, nos Estados Unidos, onde foram analisados vários casos de pneumonia fúngica (infecção por fungos no pulmão) e sarcoma de Kaposi (um tipo de câncer de pele) em homens gays previamente saudáveis e sem histórico clínico que viesse ter ligação com o surgimento de tais patologias. Foi assim que se entrelaçou a doença ao grupo de homens que se relacionam com homens, inverteza que perdura até os dias atuais em grande parte do imaginário coletivo.

Em 1983 o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da AIDS, foi descoberto e isolado por pesquisadores da época. Ele pertence à família dos retrovírus, que possuem uma enzima chamada Transcriptase Reversa que faz a transcrição do RNA em DNA, podendo se integrar ao genoma das células dos hospedeiros, ganhando o nome de provírus. As principais células acometidas pelo vírus são as que possuem uma molécula de CD4 em sua membrana, que age como um receptor do vírus mediando a invasão da célula. Assim, as principais células infiltradas pelo vírus são linfócitos CD4+ (Linf. T4 ou Linf. T Helper) e macrófagos, justamente as responsáveis pelo sistema de defesa do organismo.

A transmissão do vírus se dá por meio do sexo desprotegido, transfusão de hemoderivados (sangue, plaquetas, hemácias, etc) e através da transmissão vertical (mãe para o feto), que pode ser transplacentária (ainda dentro do útero), no momento do parto ou ainda na amamentação. Após a exposição ao vírus, entre três dias e duas semanas, o indivíduo tende a apresentar sintomas gripais, sendo esses febre, dor de garganta, fraqueza e dor de cabeça. Essa fase é chamada de Aguda, e nela os exames para detecção do vírus podem se mostrar negativos. Ao findar esse período, o vírus entra em seu Período Latente ou Assintomático, quando começa a sua replicação celular e o indivíduo não apresenta sintomas. De acordo com Brunner essa fase geralmente dura de seis meses a 10 anos e logo após se inicia a fase Sintomática, que é quando o sistema imunológico está comprometido e o organismo está suscetível a doenças oportunistas que podem ser desde uma gripe até uma pneumonia, e que, se não tratadas adequadamente, podem ser letais para o indivíduo. Alguns sintomas que essa fase pode apresentar são febre alta e persistente (acima de 39°C), diarreia persistente, vômitos, fraqueza generalizada e inflamação dos gânglios (íngua).

O diagnóstico é feito por meio de exames específicos para detecção do HIV ou de proteínas presentes em sua superfície. Hemograma e leucograma podem aparecer alterados, mas apesar das alterações eles não detectam a presença do vírus na corrente sanguínea, podendo ocasionar numa interpretação errada e um falso diagnóstico. Confirma-se o quadro de infecção com o uso de dois testes, que apresentem diferentes metodologias, em que ambos apontem resultado positivo.

O primeiro medicamento antirretroviral foi apresentado no ano de 1986, a zamuvidina, que inibe a Transcriptase Reversa, impedindo a replicação do vírus. Contudo, a medicação apresentava muitos efeitos colaterais, o que resultava na baixa adesão e, conseqüentemente, no desenvolvimento da AIDS, ocasionando um alto índice de mortalidade. Atualmente, contrariando quem imagina o uso diário de milhares de comprimidos, o tratamento conta com dois comprimidos diários, um de lamivudina e tenofovir e um de dolutegravir - eles são inibidores de transcriptase reversa e de integrase (outra enzima presente no vírus) -, e tem como o principal objetivo promover uma maior qualidade de vida aos seus usuários, além de diminuir a carga viral presente na corrente sanguínea, o que gera o aumento das células de defesa e imunidade, resultando na diminuição da morbimortalidade das Pessoas que Vivem com HIV (PVHIV), além de diminuir os casos de infecção. Isso porque, seis meses após a carga viral se mostrar indetectável (tão baixa na corrente sanguínea que alguns testes não conseguem detectar, geralmente menos de 40 cópias de vírus por dL de sangue) a pessoa se torna intransmissível, não tendo capacidade de transmitir o vírus.

Além das medicações, todas ofertadas pelo Sistema Único de Saúde, o paciente que vive com HIV tem um acompanhamento integral com todo suporte médico-hospitalar, realização de exames complementares periódicos, imunização e o monitoramento laboratorial da infecção pelo HIV, sendo todos supracitados um direito da PVHIV e dever do Estado.

Muito ainda se discute quanto aos métodos de prevenção. De um lado se tem os métodos ultrapassados e arcaicos que consistem na abstinência sexual e uso de preservativo, somente. E isso é muito criticado por muitos especialistas da área que alegam ser esta uma forma retrógrada para prevenção da infecção por HIV, resultando, em muitos casos, na falta de adesão e engessamento da saúde sexual, principalmente de homens gays. Outro método que vem sendo discutido pelas novas gerações de infectologistas e estudiosos na área é a Mandala de Prevenção Combinada, que tem se mostrado mais eficaz e com uma maior adesão pela população. Ela consiste na junção de vários métodos que visam diminuir a níveis baixíssimos ou até mesmo impedir a infecção em

casos de haver exposição. A Mandala nos trás como métodos a rotina de testagem rápida para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Profilaxia Pós Exposição (PEP) e Profilaxia pré exposição (PrEP), prevenção da transmissão vertical, imunização para hepatite B e HPV, redução de danos, diagnosticar e tratar pessoas com ISTs e HIV, utilizar preservativos (interno e externo), e tratar todas as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Alguns métodos são pouco compartilhados, como as Profilaxias de Exposição, que podem ser administradas antes ou após a exposição ao vírus. Qual devo usar e em qual momento? Vamos lá! A Profilaxia Pós Exposição (PEP), consiste na ingestão de dois comprimidos diários (um de lamivudina e tenofovir e um de dolutegravir) por vinte e oito dias após a exposição ao vírus ou situação onde possa haver o risco de infecção. São exemplos dessa exposição o rompimento do preservativo no ato sexual, estupro, acidente com materiais perfurocortantes ou compartilhamento de seringas. Em caso de acontecimento dos supracitados, o protocolo utilizado é o acompanhamento pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou unidade referência da cidade para iniciar o monitoramento desse caso. Será realizada uma testagem rápida e caso o teste aponte negativo para HIV será iniciado o esquema posológico da medicação e dada sequência ao tratamento. A Profilaxia Pré Exposição (PrEP) é a ingestão de um comprimido diário (tenofovir e entricitabina) que vai agir no organismo por meio da inibição da enzima Transcriptase Reversa, impedindo que, em caso de exposição, o vírus consiga penetrar a célula e se replicar no organismo. Esse medicamento é ofertado pelo SUS, mas ainda há algumas restrições, atualmente sendo disponibilizada para Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e mulheres trans, e sempre após a realização de vários exames e com um acompanhamento rigoroso do infectologista e da equipe multiprofissional. Vale ressaltar que a PrEP só previne a infecção pelo HIV e o comprimido deve ser tomado regularmente, sem faltar com adesão.

Em muitos ambientes ainda se pode observar o peso do vírus para a comunidade LGBTQIAP+. Esse estigma foi entrelaçado há anos e infelizmente perdura até os dias atuais. Como exemplo, até o ano de 2021 homens gays não podiam ser doadores de sangue, e muitos retratam a condição de saúde como a “peste gay”, sendo frequentemente posto como um castigo divino para a humanidade por conta dos relacionamentos homoafetivos. Estudos recentes trazem dados que apontam o crescimento de casos de infecção por HIV em mulheres e homens cis hétero, e um índice ainda maior em mulheres cis hétero que são casadas. Ainda assim, em contrapartida, homens gays são os que mais sofrem com o preconceito relacionado a condição clínica.

O preconceito, o estigma, a falta de acesso, a vergonha e o medo matam muito mais que a AIDS, levando em consideração que a síndrome não mata, ela abre portas para doenças oportunistas. Hoje temos muitos pesquisadores, profissionais e pessoas vivendo com HIV (PVHIV) empenhados em disseminar informação, em mostrar que uma PVHIV é tão digna de viver, ter qualidade de vida e respeito quanto pessoas que não vivem nessa condição, que podem ter filhos, constituir famílias e ocupar lugares diversos dentro da nossa sociedade. Cabe à população adquirir conhecimento quanto a isso, colaborando com a prevenção da infecção e também com a abolição do estigma e preconceito, e ao invés de julgar ou fazer perguntas indevidas, acolher e ajudar as PVHIV.

Apesar de hoje a infecção pelo HIV ser considerada uma condição clínica de saúde que se encaixa em Doenças Crônicas Tratáveis (juntamente com Diabetes e Hipertensão Arterial) ainda é doloroso, para quem vive, receber o diagnóstico de uma doença tão estigmatizada e marginalizada, tida como promíscua, impura e castigo divino, e mesmo que a pessoa se torne indetectável e intransmissível ela vai sofrer toda repressão advinda da sociedade.



INTERSECÇÕES:

Violência de classe, raça e cis-heteronormativa: o que a comunidade LGBTQIAP+ tem a ver com isso?

Afirmar que negro são os mais LGBTQIAP+fóbicos é racismo

O feminismo e o movimento LGBTQIAP+

LGBTQIAP+ e PcD, ao mesmo tempo –
pontuações possíveis para iniciar uma
reflexão

VIOLÊNCIA DE CLASSE, RAÇA E CIS-HETERONORMATIVA: O QUE A COMUNIDADE LGBTQIAP+ TEM A VER COM ISSO?

Por Euzebio Fernandes de Carvalho

Quando falamos em classe estamos nos referindo à organização da sociedade em que vivemos a partir da condição de trabalhadores assalariados. O trabalho é uma das estruturas econômicas que produzem a nossa existência pessoal e coletiva. Entender como se organizam as relações de trabalho é, portanto, uma condição fundamental para nos entender como pessoa e como comunidade. O surgimento da classe trabalhadora é um desdobramento do processo de industrialização que aconteceu nas sociedades europeias, ao longo dos séculos 18 e 19. Logo, classe é algo que surge com o capitalismo burguês liberal. Como decorrência do processo de colonização e globalização, este fenômeno também estruturará outras sociedades, como é o caso do Brasil. Assim, temos uma sociedade organizada em três grupos, falando de forma bastante resumida: a classe trabalhadora (que vende seu trabalho em troca de um salário), a classe média e a elite capitalista (proprietários das terras, das indústrias, dos bancos).

Há um embate profundo entre os trabalhadores e os empregadores. Por quê? Por conta do poder que o acúmulo de riqueza significa numa sociedade capitalista: o poder econômico. Para concentrar riquezas, e ter cada vez mais poder, os capitalistas precisam explorar os trabalhadores, submetendo-os à condições de trabalho precarizadas por baixos salários e poucos direitos (os mesmos direitos que protegerão os trabalhadores da vontade de lucro de seu empregador). Para além dessa relação imediata (entre trabalhador e empregador) é preciso que toda a sociedade seja organizada de uma forma particular que fragiliza a existência das pessoas: elas precisarão trabalhar, terão medo do desemprego e se submeterão a trabalhos sem dignidade.

Eis o que significa o capitalismo: uma forma de organização social que precisa da fome, da miséria, do desemprego, da precarização do trabalho para garantir o lucro e o poder de poucas pessoas sobre a grande maioria da população. Há uma ideologia capitalista, portanto, que faz com que isso seja possível: é importante que aqueles que não são "patrão" reproduza a ordem que favoreça, que apoie e que sustente os patrões.

É preciso que o trabalhador tenha consciência da sua condição para não reproduzir (legitimando e autorizando) uma sociedade que o oprime. Ter consciência da exploração que sofre é condição fundamental para termos “consciência de classe” e lutar por trabalho para todas as pessoas, com salários dignos, ou seja, que seja suficiente para garantir uma vida com dignidade (um salário que seja suficiente para garantir nossa comida e bebida, casa própria, roupas, lazer, prazer, conforto e tudo o mais que constitui nossa vida). Quando a classe trabalhadora tem consciência da condição de existência que o capitalismo nos oferece, ela reagirá às explorações que sofre por ser trabalhadora: ela reagirá contra a ordem social capitalista de produção e reprodução da morte, da miséria, da fome, da doença, da feiura, da tristeza, da solidão.

É por isso que Paulo Freire nos ensinou que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Reagir às violências que as pessoas trabalhadoras sofrem no capitalismo é urgente e é justo. Malcom X, nos alerta: “não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor”. A ordem capitalista é violenta em sua estrutura e em sua organização.

Por que não reagimos contra a opressão do capitalismo? Porque nos falta uma educação libertadora, lembrando mais uma vez de Paulo Freire. Porque o capitalismo é uma ideologia, e como tal, tira o tempo todo de nós as condições cognitivas e práticas de fazer a crítica do capitalismo e lutar contra ele. Porque o capitalismo é uma opressão e, assim, precisa de outras estruturas de opressão para existir. Uma desgraça nunca anda só. “Meu nome é legião”, nos ensina o cristianismo sobre as estratégias do mal para nos oprimir. O mal tem muitas caras e bocas, justamente para ter mais sucesso em transformar a realidade em ilusão, em nos alienar da produção de nossa própria existência, em nos submeter por vontade às violências.

As violências decorrentes da organização capitalista da nossa sociedade estão ligadas ao racismo: “não há capitalismo sem racismo”, apontou a pensadora negra Ângela Davis. Estruturas capitalistas (como a polícia e os sistemas prisionais) estão intimamente conectadas ao racismo estrutural. Contudo, o racismo foi uma das bases do processo de colonização da América por parte das metrópoles (Estados Nação) europeias. A colonização que a Europa inaugura na América, África e Ásia produz a colonialidade (do ser, saber e poder) que continuará organizando essas sociedades mesmo depois dessas colônias se tornarem politicamente independente de suas metrópoles. O racismo legitimou a escravização de indígenas e de pessoas do continente africano, capturadas, traficadas e comercializadas como mercadoria, como propriedade, objetificadas e desumanizadas, transformadas e resumidas em força de trabalho compulsória, não remunerada.

A escravização foi empregada em processos de exploração das matérias primas existentes em terras indígenas, inaugurados pelo regime colonial na América. O sistema de monoculturas de larga escala (origem do agronegócio), praticado em grandes propriedades de terras que pertenciam aos indígenas (violência patrimonial, concentração de muita terra em mãos de poucas famílias), associado à exploração das riquezas animais, vegetais e, sobretudo, minerais das colônias enriqueceu algumas famílias que até o presente se reproduzem à frente do poder econômico e político. Contudo, mais do que estas poucas famílias, sobretudo as metrópoles se enriqueceram.

Concentradas na Europa, a fortuna gerada pela colonização, foi fundamental para o surgimento do capitalismo industrial, para o fim do Absolutismo e para a ascensão política da burguesia liberal naquelas sociedades. Por aqui, repetida ao longo de quase quatro séculos, a escravização produziu relações sociais colonizadas, constituindo-as como estruturas estruturantes, por um lado, da concentração de riqueza e privilégios coletivos em mãos brancas, mas por outro, pela exploração violenta, sem precedentes históricos, da maior parte da população, formada por pessoas de origem indígena e africana. Voltado aos descendentes de africanos e indígenas, o racismo gerou riquezas gigantes que beneficiaram poucas pessoas na colônia (a elite branca, cristã, cis-hetero-patriarcal), mas, sobretudo, riquezas estas que se concentraram nas metrópoles europeias.

Eis as relações implícitas e pornográficas entre capitalismo e racismo. Outra estrutura (ou na linguagem cristã, outro demônio) que é fundamental para a organização e fortalecimento das opressões é o patriarcado. Historicamente, anterior ao capitalismo e ao racismo moderno, o patriarcado é uma estrutura estruturante que originou a sociedade ocidental cristã dos nossos dias, mas que se insere na longa duração histórica de mais de dois milênios de existência.

Apesar de tão velho, o patriarcado chega forte até nossos dias, seja pela constituição do poder do macho nas sociedades judaico-cristãs ou pelas sociedades da antiguidade greco-romana. O patriarcado é a forma de organização familiar e social que favorece o macho patriarca, colocando em suas mãos o poder absoluto sobre a propriedade, mas também o poder sobre as demais pessoas que integram a sua família, principalmente, as mulheres. Assim, o sexo masculino, como condição do poder do homem, produz um regime de divisão sexual de todas as estruturas de produção da sociedade ocidental cristã e que atravessa todas as suas instituições culturais (linguagem, religião, Estado, Nação, saber, conhecimento, ciência, ofício, trabalho, afeto, desejo, processo de subjetivação e individuação, imaginação, socialização, identidades...).

No patriarcado, o corpo com pênis, o sexo masculino institui um regime sexual que ordena a sociedade: a cis-heteronormatização. O patriarcado divide a sociedade segundo funções e papéis sexuais, determinando à mulher o trabalho compulsório da procriação e, conseqüentemente, da criação, educação e cuidado, seja do pai, dos irmãos, do marido, da prole, nos espaços de produção e reprodução da vida: a casa. Assim, o patriarcado institui e define os gêneros e seus papéis e funções. Para ser mulher, o copo com vagina deve ser esposa e mãe. O patriarcado define todos os sentidos para o gênero-sexo feminino ligando-os exclusivamente ao corpo-sexo da mulher.

Assim como o capitalismo inaugurou a ideologia da alienação e a colonização inaugurou a ideologia da colonialidade, o patriarcado também se estrutura sobre uma ideologia sexual (o machismo) e uma violência sexual (o sexismo). Como regime de reprodução-sexo-gênero, o patriarcado define o que é normal, saudável, legal e desejável: a heterossexualidade compulsória. Para se constituir como único regime de reprodução-sexo-gênero, eliminando outras possibilidades, o patriarcado precisou delimitar, definir e constituir, por contraste, a diferença sexual. Para se constituir como norma sexual, criou os anormais; para se constituir como saudável, definiu as anomalias; para se instituir como legal, criou as dissidências, os desvios.

É por esse motivo que, no seu exercício mesmo de poder e opressão, o regime de reprodução-sexo-gênero cis-heteronormativo nomeia, define, aponta quem são as pessoas anormais, os anômalos, os dissidentes. Nessa operação de poder e violência, (definir é submeter) o regime de reprodução-sexo-gênero cis-heteronormativo estabelece as condições para a definição do Outro e os chamará de homossexuais ou, como gostamos de dizer hoje, a diversidade sexual e afetiva: gay, lésbica, bissexual, travesti, transgênero, mas também toda e qualquer possibilidade de existência afetivo-sexuais que não rompa com o regime de reprodução-sexo-gênero cis-heteronormativo, a matização do sexo-afeto: queer, intersexo, assexual, pansexual, polisssexual, solossexual, skoliossexual, grayssexual, demisssexual, sapiossexual...

A diferença sexual transformada em “diversidade” é um recurso de dominação que contribui para a reprodução da opressão do patriarcado, do racismo, da colonialidade, do capitalismo. Pensando assim, o machismo e o sexismo não são as únicas ideologias criadas pelo patriarcado: no limite, a diversidade sexual-afetiva também o é, as identidades sexuais não-hegemônicas e todo o esforço de caracterização, categorização e matização sexual também o são. A diferença sexual não deve ser território identitário, não deve ter qualquer fronteira (quando a dignidade da pessoa é sempre o fim e nunca o meio).

Para fugir das estratégias e armadilhas de opressão e violência estabelecidas pelo regime de reprodução-sexo-gênero criado pelo cis-hetero-patriarcado, racista, colonizador e capitalista precisamos romper com a lógica própria desse "cis-tema" patriarcal, como dizem as pensadoras travestis e o transfeminismo. Se não fizermos isto, toda e qualquer identidade sexo-afetiva não será uma identidade política, uma possibilidade de autonomia e autodeterminação da pessoa, uma consciência de poder, mas sim processo de dominação, subordinação da diferença, domesticando-a em políticas identitárias, em identitarismos a serviço ora da lógica liberal capitalista burguesa, ora a serviço da lógica da política de racialização vazia que transforma o racismo numa estrutura estruturante das relações sociais, ainda hoje.

Como nos lembra o pensador bicha da semiologia, Roland Barthes, "a língua, como performance de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista: ela é, simplesmente: fascista; o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer".

AFIRMAR QUE NEGROS SÃO OS MAIS LGBTQIAP+FÓBICOS É RACISMO

Por Pedro Ivo Silva

Recentemente ativistas brancos do Movimento LGBTQIAP+ publicizaram um perfil de segmentos populacionais mais LGBTQIAP+fóbicos a partir de uma enquete feita nas ruas de São Paulo. Sem nenhuma surpresa, os discursos de alguns desses ativistas nas redes sociais logo concluíram que homens negros (cisgênero) são mais LGBTQIAP+fóbicos.

Se utilizarmos um processo de indução argumentativa, em que questionamos: "qual o perfil racial de pessoas pobres em sua maioria?", "qual o perfil de pessoas sem acesso à educação no Brasil?", "quem são os que mais frequentam igrejas cristãs fundamentalistas?", caímos no sofisma de que os negros (homens negros) são os mais pobres, mais sem acesso à educação formal e os que são cooptados pelo fundamentalismo cristão que cerca essas pessoas e, por consequência, são os mais LGBTQIAP+fóbicos. Reforçaremos, assim, o estigma do homem negro animalizado, não "civilizado", bruto e violento (para essa temática e debate mais a fundo, veja o meu livro *Narrativas Afrobixas* (2020), publicado pela editora Appris).

Por senso comum, sem pesquisa, sem dados numéricos comprovados, diríamos isso mesmo, porque o silogismo básico do raciocínio lógico é de duas premissas e uma conclusão, a partir do que é verossímil, provável... Mas o pressuposto em tela não é objeto de comprovação científica na academia; tampouco uma enquete de rua teria essa prerrogativa. Se falamos de números de negros que foram condenados por LGBTQIAP+fobia, temos que levar em consideração os brancos que foram absolvidos, mesmo sendo culpados; esbarramos no racismo jurídico. Pesquisas na área do Direito mostram como o sistema de condenação penal incide majoritariamente sobre corpos negros, em comparação a corpos brancos. A advogada Gabriela Priori até citou com propriedade e referência as pesquisas acerca do tema, no vídeo da CNN Brasil, em 16/03/2020, em que ela rebate acusações de Caio Coppola sobre tráfico e criminalidade de jovens favelados (negros).

Pensando nesse processo de comprovação estatística, pergunto: quantos brancos pobres foram entrevistados sobre LGBTQIAP+fobia? E quantos brancos ricos? Quantos brancos estão nas grandes igrejas dos pastores deputados mais LGBTQIAP+fóbicos e mais ricos? Seriam os negros parte considerável dessas grandes igrejas LGBTQIAP+fóbicas da classe média e que abarcam milhares de pessoas? Quantas famílias pretas expulsaram seus filhos LGBTQIAP+ de casa? E quantas famílias brancas fizeram o mesmo? Existe esse levantamento distrital, estadual, nacional? (outras dezenas de perguntas...).

Só depois que todos esses números (e outros mais) estivessem compilados por região, num esquema em nível de IBGE, é que se poderia afirmar que, com base nas ações dos indivíduos de um grupo racial, existiria um perfil LGBTQIAP+fóbico desta ou daquela raça.

Se, de fato, conseguíssemos atestar, com propriedade científica, o perfil racial do grupo mais LGBTQIAP+fóbico, no sentido da materialidade histórica do que temos hoje, do retrato deste grupo hoje, poderíamos sim refletir em como mudar esse senso discriminatório desse grupo. Poderíamos inclusive pensar em atitudes enérgicas, como a punição pela lei, mas não sem antes pensarmos numa mudança de pensamento e ações com base na educação.

Essa mudança só aconteceria se estivéssemos muito conscientes sobre qual o processo sócio-histórico que responde à pergunta: "por que esse grupo apresenta o perfil mais LGBTQIAP+fóbico entre todos os grupos sociais?". Sem responder a essa pergunta, a punição seria apenas manutenção do controle e do poder sobre os corpos, na linha de pensamento do filósofo Michel Foucault (1975). Não seria educação; não seria a transformação social que almejamos.

Ao pensarmos em poder x resistência, com base no que expõe Foucault (2000 [1975-76]; 2014 [1976]) em obras como: *Em defesa da sociedade* ou no primeiro volume de *História da Sexualidade*, dentre outras, observaremos a evidência de que o controle cis-heterossexista da sexualidade e o racismo são dois dentre diversos dispositivos de poder sociais do Ocidente para controle dos corpos. Se contemporaneamente os descendentes dos povos colonizados pela branquitude europeia reproduzem os elementos controladores desses dispositivos de poder, é em razão da perpetuação hegemônica desse código moral, ético, estético eurocêntrico, que é patriarcal, colonial, racista, cis-heterossexista. Código este que adentrou por séculos o tecido social nas colônias e que permaneceu no imaginário populacional, reproduzindo-se constantemente nas relações interpessoais (essa discussão é aprofundada no meu livro *Narrativas Afrobixas* (2020), publicado pela editora Appris).

Afirmar levemente que o perfil do grupo social mais LGBTQIAP+fóbico é de negros (homens negros), porque são pobres, porque não têm acesso à educação, porque são cooptados por grupos evangélicos fundamentalistas, nada mais é que um desdobramento discursivo das estruturas do racismo. Em razão disso, nossa atenção deve estar voltada à identificação das artimanhas das ideologias de grupos detentores dos privilégios da hegemonia ocidental para estarmos conscientes do processo de imposição cultural de seus valores hegemônicos, evitando que a ignorância acerca dessa construção de opressão ratifique a subjugação social de minorias (ANZALDÚA, 1999).

É preciso compreender ainda que, por vezes, são essas artimanhas e valores que cooptam muitos ativistas LGBTQIAP+ ou de grupos negros ou das demais dissidências, levando-os a causar intrigas e confusões internas em nome do dinheiro, do ego e do “palco” das redes sociais e da mídia, reproduzindo o que querem os grupos hegemônicos, incitando a divisão por diferenças raciais, sexuais ou de identidades de gênero.

O entendimento sobre essas estratégias hegemônicas vem se construindo há décadas, como já expunha a pesquisadora, ensaísta, poetisa negra e lésbica estadunidense Audre Lorde (2009 [1983], p. 237, tradução nossa): “o estandarte do cinismo da direita é encorajar membros de grupos oprimidos a agir uns contra os outros, e por tanto tempo somos divididos por causa de nossas identidades particulares que nós não podemos nos juntar em uma ação política efetiva”. Ante essa perspectiva, entendo que a reprodução de opressões no âmbito individual se dá porque o poder é manifestado pelo discurso que estabelece o controle do imaginário social coletivo, de forma que inativa mudanças pontuais - individuais ou de pequenos grupos - a atingir estruturas sociais opressoras sedimentadas.

Acredito que uma saída dessa lógica social opressora seja estabelecer estratégias contra-hegemônicas pautadas no princípio da unidade na diversidade, dialogando entre nossas diferenças plurais para uma efetiva ação, a fim de construirmos valores capazes de orientar novos rumos às práticas cotidianas para a transformação social esperada. Com isso, talvez seja possível certa conscientização coletiva sobre a constituição dos dispositivos de poder para a desarticulação de seu controle social (FOUCAULT, 2000).

Assim também talvez seja possível o enfrentamento de desdobramentos discursivos reprodutores da lógica hegemônica social, como o de que homens negros são mais LGBTQIAP+fóbicos. São discursos como este, e outros similares, que reforçam e evidenciam a manutenção estrutural do racismo como dispositivo de poder na sociedade ocidental.

O FEMINISMO E O MOVIMENTO LGBTQIAP+

Por Mariana Lucas Mendes

A primeira fase dos Movimentos Feministas no Brasil, ocorre no final do século XIX e início do século XX, sendo caracterizado por duas bandeiras principais: a luta por direitos civis e políticos, mais ligada às mulheres de classe média, e as greves operárias encabeçadas por mulheres na luta por melhores condições de trabalho e igualdade salarial. O final dessa primeira fase dos Movimentos Feministas é marcado pela conquista do voto, em 1932 (PEREIRA, 2018).

Até então, ainda não havia movimento LGBTQIAP+ de forma organizada, uma vez que ser uma pessoa fora do padrão cis-hétero até então era socialmente inaceitável. A homossexualidade, que ainda hoje é crime, proibida por Lei em muitos países, já passou por diversos estigmas pautados no tripé crime-pecado-doença (PRESTES & VIANNA, 2007). No final do século XIX e início do XX, o discurso do pecado ganhava moldes clínicos, passando a homossexualidade a ser tratada como desvio psíquico. O homossexualismo (termo utilizado para definir a homossexualidade como doença) fez parte do vocabulário popular até muito recentemente (e ainda faz, em alguns meios). Somente em 1993, a homossexualidade é retirada do Catálogo Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Sendo assim, quando surge então o Movimento LGBTQIAP+ no Brasil? Para responder a essa pergunta, precisamos novamente voltar aos Movimentos Feministas. Segundo Pinto (2003), a segunda fase dos Movimentos Feministas no Brasil surge durante a Ditadura Militar, na década 1970. Pereira (2018), afirma que enquanto os países do hemisfério norte passavam por momentos de revolução e mudanças culturais, o Brasil entrava em profunda repressão política e perseguição ideológica. Novamente vemos as mulheres feministas em duas frentes: a primeira, ligada a classe operária, movimento estudantil e as guerrilhas, das quais 12% eram compostas por mulheres (TELES, 1999) e a segunda, articulada por mulheres da burguesia, aliadas ao governo, com o Conselho Nacional da Mulher (PEREIRA, 2018).

No âmbito mundial, temos a Organização das Nações Unidas (ONU) definindo o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e oficializando o dia 08 de março como Dia Internacional da Mulher. É também nesse período que surgem as primeiras formulações teóricas que embasaram o Feminismo enquanto teoria científica. Livros como "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir, iniciam a discussão teórica do que é ser mulher, configurando os chamados "estudos das mulheres" que, posteriormente, no final da década de 1980, daria lugar, no cenário acadêmico, aos Estudos de Gênero. Sendo a primeira vez que a ciência considera gênero a partir de uma construção social e não biológica.

Os Estudos de Gênero vão desvincular gênero de sexo, sendo o gênero portanto tudo aquilo que se contrapõe ao determinismo biológico. Começamos a pensar então porque as mulheres desempenham determinados papéis na sociedade e são privadas de outros, porque certos comportamentos são tidos como “naturalmente” masculinos e outros não. Será que todas as sociedades, em todos os contextos culturais, desempenham as mesmas marcações de papéis de gênero?

Em 1986, Joana Scott, publicou "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", texto no qual a autora defende que gênero é uma categoria útil, não apenas à história das mulheres, mas também da história em geral, “das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si.” (FILHO, 2005).

Nessa perspectiva, a categoria gênero também torna-se útil para pensarmos a vivência das pessoas LGBTQIAP+ num contexto sócio-histórico, que se afasta da definição clínica de doença. Assim, no início, o Movimento LGBTQIAP+ e os Movimentos Feministas estavam intimamente conectados.

No Brasil, os primeiros registros de organizações LGBTQIAP+ também vão ocorrer durante a Ditadura Militar. Diante do cenário de autoritarismo, as primeiras organizações LGBTQIAP+ unem-se aos Movimentos Feministas na luta por pautas como democracia e liberdade sexual. (SILVA & CAMPOS, 2014).

A autora Regina Facchini (2005) divide o Movimento LGBTQIAP+ em três momentos principais. O primeiro momento está relacionado ao surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) por meio do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina, fundado em 1978 que era um jornal abertamente homossexual. Em 1981, um grupo de lésbicas fundou o Jornal ChanacomChana. Esse período foi marcado pela politização da homossexualidade e pela luta contra a ditadura.

O segundo momento da história do Movimento LGBTQIAP+ é marcado pela epidemia de HIV/AIDS, na década de 1980. Nesse momento, já no processo de redemocratização do Brasil, Movimentos Feministas e o Movimento LGBTQIAP+ se afastam por divergências de pautas.

A epidemia de HIV/AIDS torna-se o principal debate do Movimento LGBTQIAP+. Os primeiros estudos sobre a síndrome associavam a doença diretamente às práticas homossexuais, fazendo a doença ficar conhecida como “câncer gay”. O estigma do pecado também retorna com força total, já que as igrejas viam a AIDS como um castigo divino. Manchetes e notas como “Aids: a vingança da natureza” (Jornal Última Hora, 1985) ou “AIDS bíblica” (Jornal do Brasil, 1985) eram comuns.

A partir daí, as lutas do Movimento LGBTQIAP+ voltaram-se para três pautas principais: políticas públicas de saúde; despatologização da homossexualidade e direitos civis. O que dá início à terceira fase do Movimento no Brasil, a partir de 1990, com uma explosão de ONGs e grupos diversos.

Nas últimas duas décadas, apesar de todos os percalços, ambos os movimentos têm crescido e alcançado grandes vitórias. Para citar duas, temos a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) e a criminalização da homofobia, em 2019. Os espaços para discussão aumentaram significativamente tanto no meio acadêmico quanto nas redes sociais e na internet de modo geral.

Ambos os movimentos são imensuráveis. Os Movimentos Feministas assumem diversas caras de acordo com as bandeiras das mulheres que as erguem. Assim temos o feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo marxista, feminismo liberal entre outros. Já o Movimento LGBTQIAP+ é representado por uma sigla que não para de crescer, no intuito de abraçar todas as expressões de gênero e sexualidade, que acredite, são muitas e fluidas.

Conhecer a história desses movimentos é importante, sem dúvida. Entretanto, mais importante que isso é entendermos em que ponto eles se convergem. Os Movimentos Feministas e o Movimento LGBTQIAP+ em essência, lutam pelo fim do preconceito e da opressão. Perreira (2018), afirma que o “inimigo” é o mesmo (a dominação masculina, o patriarcado, a heteronormatividade e a cisgeneridade). Combater esse “inimigo” passa também pela vivência dos homens héteros (aqueles que erroneamente podemos pensar não se enquadrar nesses movimentos).

Repensar a masculinidade é essencial para o avanço desses movimentos. Como Scott bem aponta, a categoria gênero é para todos, assim como o feminismo e a causa LGBTQIAP+. A educação emancipatória e pautada na diversidade é nossa maior arma para que esses movimentos sigam fazendo história.

LGBTQIAP+ E PCD, AO MESMO TEMPO – PONTUAÇÕES POSSÍVEIS PARA INICIAR UMA REFLEXÃO

Por Tiago Gebrim

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Ser uma pessoa LGBTQIAP+, na sociedade em que vivemos, não é algo fácil. Pela própria sigla, que representa uma multiplicidade de identidades e seus desafios intrínsecos em vivê-las, temos que as dificuldades experienciadas por um sujeito homem gay, branco, de classe média, está muito distante das possibilidades de realização de vida de alguém três letras adiante, o T, de travestis, transexuais e transgêneros, especialmente se essa for periférica e preta, por exemplo.

Apesar de não ser este o cerne em questão, e outros textos dessa publicação certamente o trabalharam de forma efetivamente assertiva, é importante termos consciência de que, mesmo dentro de uma minoria social e política, existem outras minorias, e que suas possibilidades de viver e se realizar, muitas vezes, são colocadas em conflito, inclusive dentro deste leque chamado LGBTQIAP+, muitas vezes colocado apenas como LGBT.

Esse é o caso das pessoas com deficiências, representadas pela sigla PcD, que foi adotada desde 2006, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Se anteriormente o termo empregado era Portador de Necessidades Especiais, ou PNE, a expressão contida na sigla PcD representa uma nova forma de entender o indivíduo, que, antes de qualquer coisa, é um ser humano.

Conforme Amauri Toledo, da Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso de Caraguatatuba (SP), o entendimento firmado nessa convenção “diz que a deficiência é resultante da combinação entre dois fatores: os impedimentos clínicos que estão nas pessoas (que podem ser físicos, intelectuais, sensoriais etc.) e as barreiras que estão ao seu redor (na arquitetura, nos meios de transporte, na comunicação e, acima de tudo, na nossa atitude). Ou seja, a deficiência é uma condição social que pode ser minimizada”.

Rita von Hunty, drag queen, intelectual, colunista e dona do canal Tempero Drag, no Youtube, ao discutir o conceito de fobia, o põe como um “modo de restringir que corpos tenham acesso ou sucesso em determinados espaços”. E, ampliando a discussão, ela traz o exemplo das PcD. Para ela, o conceito de deficiência que se tem no imaginário coletivo está ancorado nesta restrição. “A deficiência é uma criação sistêmica, dizer ao corpo ‘Você não pode acessar, vai ser mais difícil para você, você não é bem-vindo aqui’. Existe um espaço que não acolhe um corpo e por isso torna sua vivência, seu acesso, sua permanência naquele espaço dificultada”.

E quando se fala de ser uma Pessoa com Deficiência, os desafios e meandros não estão calcados em obstáculos físicos, apenas. É comum pensarmos acerca de acessibilidade ao vermos uma calçada intransitável para um cadeirante, ou uma instituição escolar repleta de escadas e sem rampa de acesso, e, de fato, essa percepção precisa não só existir como gerar incômodo que, por sua vez, traga transformações. No entanto, em uma sociedade em que a cultura da imagem é fortalecida todos os dias pelas redes sociais e seus algoritmos, que reproduzem os padrões estéticos idealizados e, frequentemente, inatingíveis, qual o espaço destinado para aqueles com corpos e vidas desviantes? Qual o espaço destinado a acolher e valorizar essas pessoas, suas aspirações, suas realidades, sem objetificação?

Todas as perguntas feitas acima assumem uma conotação mais densa quando consideramos um sujeito que é, ao mesmo tempo, PcD e membro da comunidade LGBTQIAP+. E isso se deve por fatores internos e externos a esse (grande) conjunto minoritário. Adriano Ribeiro, em pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre a construção do corpo e identidade de homens gays, afirma que “os gays sofrem diversas pressões estéticas comuns a toda a sociedade, mas também as pressões relacionadas ao pertencimento de um grupo gay”.

Em que pese estarmos falando de toda uma grande comunidade, é inegável que, para um artigo que se pretende apenas, e tão somente, introdutório, seria difícil fazer uma relação de todas as subjetividades e vivências de cada representante LGBTQIAP+. Contudo, de forma generalista, podemos entender que, sendo frutos de um modo de vida desviante, as pessoas LGBTQIAP+ experienciam, com níveis distintos, a mesma violência simbólica, no tocante a precisar destacar-se para ser aceita ou amada, como uma forma de compensação.

“Pessoas LGBTQIAP+ crescem em espaços que ou as excluem ou as intimidam, ou as oprimem, ou as negligenciam. E elas crescem com uma sensação de que precisam fazer mais para serem amadas. Não basta ser bom na escola, tem que ser o melhor, não basta ser bonito, tem que ser o mais bonito, não basta ser inteligente, tem que ser o mais inteligente. Precisa ter uma medalha de melhor aluno, passar na melhor universidade, ter o corpo mais bonito do mundo. Se não, existe um sentimento e um fenômeno social de descartabilidade”, conta von Hunty.

É nesse contexto de fogo cruzado em que estão colocadas nós, pessoas LGBTQIAP+. Fogo cruzado porque, se de um lado existe toda a pressão social referida acima, de autoafirmação em uma sociedade heteronormativa, há o outro, o lado interno. “O indivíduo é forçado a se adequar a padrões estéticos para pertencer a determinados grupos sociais. Por exemplo, segundo [os pesquisadores] Pereira e Ayrosa, para determinados grupos de gays um corpo musculoso não é o bastante, é necessário também atender as exigências de juventude e masculinidade perante o grupo social”, informa Ribeiro em outro ponto de seu estudo.

Esse texto, naturalmente, tem apenas a pretensão de propor uma reflexão sobre as condições dos sujeitos, LGBTQIAP+ e PcD, que são corpos e identidades em um mundo em que todos merecem ter suas individualidades respeitadas e possibilitadas. As questões pontuadas por quem é deficiente dentro dessa comunidade se somam a tantas outras das pessoas LGBTQIAP+, que por si só possuem esse mar de desafios a enfrentar. E, então, por onde podemos começar a pensar ou agir?

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, pode ser considerada um marco na defesa dos direitos das PcD. E embora, no Brasil, haja comumente um abismo entre a letra da lei e sua prática efetiva, o Estatuto precisa visto como uma conquista objetiva, em termos de legislação, pois coloca em terra firme um referencial para a luta pela efetivação dos direitos garantidos no texto.

“A principal inovação da LBI está na mudança do conceito de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa. (...) A deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. Ou seja, a deficiência está no meio, não nas pessoas. Quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica”, afirma a deputada federal Mara Gabrilli, que foi relatora do Estatuto na Câmara dos Deputados.

O entendimento sobre quem é a Pessoa com Deficiência também é plausível de debate. Em uma pesquisa de 2019, denominada Pesquisa Nacional de Saúde e promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi apontado que 8,4% da população brasileira acima dos dois anos de idade possui algum tipo de deficiência. Em números absolutos, estamos falando de 17,3 milhões de pessoas. Por outro lado, quando se altera a metodologia, os números também mudam.

No último Censo Demográfico promovido pelo IBGE, em 2010, a pergunta sobre ter “alguma dificuldade física, mental, motora” foi substituída pelo questionamento sobre ter capacidade ou dificuldade para executar ou desempenhar alguma função. Como resultado dessa mudança, o percentual de PcD no Brasil chegou a quase 24%. E isso deve ser considerado, uma vez que muitas das deficiências são transitórias. “Podemos pensar em quadros que a gente conhece, como a fibromialgia, que pode ser uma incapacitadora ou uma redutora de mobilidade. A pessoa numa crise de fibromialgia vai ter uma dificuldade acrescida à sua rotina”, pontua von Hunty.

Ao compreendermos que o quadro do que se considera Pessoa com Deficiência é muito mais amplo do que as imagens que comumente são lembradas, urge que analisemos, criticamente, quais são as posturas capacitistas com as quais nos deparamos no dia a dia. O capacitismo é uma forma de preconceito que questiona as capacidades que podem ter, ou não, as PcD, em geral com uma postura de reduzi-las. “[O capacitismo] é estrutural na sociedade brasileira. Ele está arraigado em quase todas as nossas práticas cotidianas. É atitude capacitista, por exemplo, presumir que uma pessoa com deficiência seja incapaz de realizar qualquer atividade que as ditas pessoas normais realizam”, informa o cientista social Julian Simões, em entrevista concedida para a Agência Brasil, da EBC.

Victor Di Marco, ator, diretor, roteirista, gay e PcD, em seu perfil no Instagram, discute sobre essa problemática: “Em função de como as pessoas olham pra nós, pessoas com deficiência, na rua, muitas vezes não nos sentimos confortáveis para estar em espaços públicos. Isso acaba contribuindo para questões como a solidão, depressão e diversos fatores que nos fazem preferir não ter um convívio social. Portanto quando ver uma PcD na rua, evite olhar com olhar de espanto, curiosidade ou repulsa. Você pode, e provavelmente, vai, estar moscando alguém, mesmo que não seja sua intenção”.

Além do sentimento de pena, outras formas de capacitismo ocorrem também ao observar uma pessoa primeiramente pela sua deficiência, como se isso a definisse, ou que precisasse ser superado. Vinicius Lacerda, em matéria para a Carta Capital que trata da representatividade das PcD no meio LGBTQIAP+, ainda acrescenta essas atitudes a fetichização e sexualização do indivíduo. “Uma outra forma de capacitismo é o devotee, que é fetichizar a deficiência, ou seja, pessoas que se sentem atraídas sexualmente pela deficiência e não pela pessoa. O devotee acaba retirando o traço humano da PcD, objetificando-a”.

Encerramos esse texto lembrando que estar em uma minoria, social e política, não significa ser inferior aos demais. E isso é essencialmente importante quando falamos de sujeitos que são, ao mesmo tempo, PcD e LGBTQIAP+, e que precisam, portanto, encarar uma realidade da qual são postos duplamente à margem e, ainda assim, sobreviver e, com sorte, viver, fazendo seu caminhar por um trajeto comumente doloroso e violento, simbólica e, muitas vezes, fisicamente. Deixo como ponto final um texto do Victor Di Marco que me tocou em um ponto importante, e serve a todos. Por que as pessoas marginalizadas precisam modular suas ações a fim de manter o conforto dos sujeitos que já o tem, e, ainda, estarem disponíveis para ensiná-los, como se fosse um privilégio o fato de quererem aprender?

“É muito comum o discurso de que pessoas com pautas identitárias tenham que ter paciência para ensinar as pessoas a como se relacionar com a gente. Eu, sendo homem gay com deficiência, sou sempre cobrado por ter cuidado para não chocar as pessoas quando falo das minhas vivências. Porém isso nos coloca num lugar de obrigação de ser paciente e ensinar. Sempre que fugimos desse lugar somos percebidos como raivosos ou ingratos. A questão é que a raiva, em diferentes recortes, é legítima e é uma forma de resistência e sobrevivência. Nós não temos obrigação de ensinar e muito menos de fazer isso forma pacientes e didática. Até porque, muitas vezes, esse lugar nos tira a humanidade”.



CULTURA ARCO-ÍRIS:

Datas importantes

Sugestão de filmes e séries LGBTQIAP+

Cartografia Queer: arte e performance
subversiva

DATAS IMPORTANTES

Por Mairon Marques dos Santos e José Igor Ferreira Santos Jesus

O movimento LGBTQIAP+ é um movimento civil e social que luta pelo respeito e pela defesa das pessoas que sofrem preconceito por se identificarem enquanto Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queers, Intersexes, Assexuais, Pans ou quaisquer outras designações fora do padrão dito heteronormativo.

A sigla LGBTQIAP+ tem se alterado (aumentando) ao longo do tempo, no intuito de sempre incluir as categorias ou identidades marginalizadas pelo desrespeito e pelo preconceito. O marco inicial para o surgimento desse movimento se deu em 28 de junho de 1969, com a Rebelião de StoneWall.

StoneWall ou StoneWall Inn era um bar gay e recreativo de Nova Iorque, nos EUA. Nele ocorreram as aglomerações de uma grande rebelião contra as constantes batidas policiais repletas de preconceito e violência que ocorriam nos bares e casas noturnas frequentadas por pessoas gays. A rebelião durou seis dias e, como consequência, surgiram duas organizações a GLF (do termo em inglês Gay Liberation Front, que quer dizer Frente de Liberação Gay) e a GAA (do termo em inglês Gay Activists Alliance, que quer dizer Aliança Gay Ativista). Estas passaram a lutar organizadamente pelos direitos de minorias. A rebelião contou com a participação importantíssima das travestis.

No Brasil, a ditadura militar reprimiu por décadas as organizações. Mesmo as publicações de material informativo de cunho gay ou lésbico eram proibidas pelo regime. Com o retorno da democracia, alguns marcos se estabeleceram, dentre eles:

29 de janeiro: Dia Nacional da Visibilidade das Pessoas Travestis e Trans.

Nessa data as pessoas travestis e trans se organizam e vão em ato a Brasília para lançar a campanha Travesti e Respeito no Congresso Nacional.

31 de março: Dia Internacional da Visibilidade Trans.

Data fundada pela ativista trans Rachel Crandall, de Michigan - USA, é também dedicada à todos pela resistência e conscientização sobre a discriminação enfrentada por essas pessoas.

17 de maio: Dia Internacional Contra a LGBTfobia.

Nessa data, no ano de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID).

28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBT.

Dia em que se inicia a Revolução de StoneWall, mencionada no início deste texto.

29 de agosto: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Data que marca o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), que ocorreu em São Paulo - SP, em 1996.

23 de setembro: Dia da Visibilidade Bissexual.

Data celebrada por pessoas cujo desejo afetivo e/ou sexual abrange mais de um gênero.

26 de outubro: Dia da Visibilidade Intersexual.

Data que remonta à primeira demonstração pública de pessoas intersexo, realizada em 1996 durante a conferência anual da Academia Americana de Pediatria na cidade de Boston, EUA. A partir deste momento também houve a inserção da letra "I" na sigla LGBTI para inclusão deste grupo.

8 de novembro: Dia da Solidariedade Intersexual.

Criado com o intuito de promover a sensibilização em relação às pessoas intersexuais. Ressalta-se, também, que o termo hermafrodita que era designado para essa população, hoje não se utiliza mais.

8 de dezembro: Dia da Pansexualidade.

Data que representa a visibilidade e ampliação acerca dos debates pansexual e panromântica.

Essas datas e outras são marcações emblemáticas que resgatam as conquistas do movimento LGBTQIAP+, e reforça a necessidade de se continuar lutando para que cada vez mais pessoas se sintam incluídas e protegidas contra o preconceito e o ódio.

SUGESTÃO DE FILMES E SÉRIES

LGBTQIAP+

Por Alberto Rodarte Ribeiro

SEGREDOS MÁGICOS (2020): Animação/Curta-metragem - Classificação Indicativa: Livre.

Greg, vai receber a visita dos pais, mas quer esconder deles parte de sua identidade. Com a ajuda de seu cachorro nada comportado e muita magia, eles vão descobrir que ele não tem nada a temer nem a esconder.

REVELAÇÃO (2020): Documentário - Classificação indicativa: 16 anos.

O filme documental da Netflix revela o histórico preconceituoso construído, por meio da televisão e do cinema, em torno da transexualidade. O material traz o depoimento e a visão de várias atrizes e atores trans que hoje lutam para reverter essa narrativa.

BEM-VINDO À CHECHÊNIA (2020): Documentário - Classificação indicativa: 18 anos.

No produção acompanhamos ativistas correndo contra o tempo para salvar vítimas LGBTs que sofreram abuso, tortura e ameaças feitas pela polícia da Chechênia. República da federação russa, comandada pelo líder chechênio, Ramzán Kadírov. Apoiado pelo presidente Vladimir Putim, o governo de Ramzán, promove uma política de extermínio da comunidade gay, mas nega a existência desses atos.

LA VENENO (2020): Minissérie - Classificação Indicativa: 18 anos.

A minissérie biográfica, acompanha a ascensão e queda da celebridade espanhola conhecida como Veneno. Durante 8 episódios somos transportados à representação de seu passado, em acontecimentos que transitam por sua infância, adolescência, descoberta do próprio corpo, relações abusivas e dependência química. Veneno, acima de tudo, é uma história de luta pela busca do reconhecimento de sua existência.

POSE (2018): Série - Classificação indicativa: 16 anos.

Na aclamada série, que premiou com o Globo de Ouro a primeira atriz transexual, acontecimentos reais e ficção se cruzam na visão do diretor e roteirista Ryan Murphy. Contextualizada na efervescência cultural nova-iorquina dos bailes, no final dos anos 80 e início dos anos 90, em meio à conturbada epidemia de AIDS. A série é considerada, sobretudo, um marco da TV por trazer um elenco étnico-racial diverso e muito representativo em relação a gênero e sexualidade.

TOMBOY (2011): Filme - Classificação Indicativa: 10 anos.

No filme francês, Tomboy, a pré-adolescente, Laure, de 10 anos, se muda com sua família para um novo local. Com a intenção de fazer amigos na nova vizinhança, ela adota a identidade de um garoto, Michael. Durante essa fase de readaptação, Laure/Michael conhece Lisa, com quem constrói uma relação que gera um conflito de identidade.

XXY (2007): Filme - Classificação indicativa: 16 anos.

Alex é intersex, nasceu com duas características sexuais. Pressionados e sentindo que a orientação dos médicos de remover um dos órgãos pode ser uma violência ao corpo da pessoa, os pais saem da Argentina e optam pelo isolamento e o silêncio em um pacato vilarejo nas dunas uruguaias. Quando Alex está na adolescência, a família recebe a visita de um casal de amigos que chega acompanhado do filho de 16 anos. Os jovens se sentem atraídos, ameaçando findar o segredo familiar.

BOY ERASED (2018): Filme - Classificação Indicativa: 14 anos.

Sob o argumento de perder a família e os amigos, Garrard, de 19 anos, filho de um pastor da Igreja Batista de uma pequena cidade conservadora dos EUA, é coagido pelos pais a passar por um tratamento espiritual de cura gay. Baseado em fatos reais, o filme revela os traumas psicológicos que esse tipo de pseudo reversão pode causar.

CAROL (2015): Filme - Classificação indicativa: 14 anos.

Anos 1950. Carol está presa em um casamento sem amor, por dependência financeira, com Hard Aird. Atraída por mulheres, nelas, busca refúgio. Ao descobrir seu relacionamento com Therese, o marido ameaça pedir o divórcio e solicitar a guarda da filha do casal. Mas em nome do sentimento por Therese e por sua liberdade, Carol decide enfrentar o ex-marido nos tribunais.

RETRATO DE UMA JOVEM EM CHAMAS (2019): Filme - Classificação indicativa: 14 anos.

No século XVIII, a jovem Heloíse, recém saída de um convento, resiste ao destino que lhe encomendaram. Se casar. Após rejeitar vários pintores para o seu retrato de casamento, a família contrata a artista Marianne. Disfarçada de dama de companhia, a pintora a observa em segredo todos os dias para finalizar o retrato.

CARTOGRAFIA QUEER: ARTE E PERFORMANCE SUBVERSIVA

Por Paulo Petronilio Correia

Cartografar é mapear, é traçar um pequeno mapa, uma paisagem. Cartografar é questionar, é problematizar. Desse modo, não pretendo aqui fazer uma genealogia do que significou e do que significa a teoria queer e muito menos pretendo aqui tentar refletir sobre como temos nos apropriado desse modo de pensar para entendermos as sexualidades, os sujeitos, as identidades e as diferenças, mas pensá-la como filosofia, arte e performance subversiva, extraíndo da sua filosofia a sua complexidade política e revolucionária.

Podemos reconhecer a teoria queer como uma expressão guarda-chuva que abarca tudo que foge da norma heterossexual ou como um dispositivo da sexualidade, um conjunto de práticas e discursos, um agenciamento, uma disposição, como pretendeu a feminista Guacira Lopes Louro, que abre lugar para a incerteza, a dúvida, o questionamento. Desobediência talvez seja uma grande palavra, não que defina o queer, pois definição não combina com o queer, já que não se trata de definir e enclausurar ou engessar, mas provocar sempre. Talvez sejamos capazes de perceber o que nos une enquanto pensamento queer e a partir daí fazermos alguns desdobramentos.

Tratarei aqui do documentário Paris em Chamas da década de 1980, pois este tinha como fio condutor a busca da liberdade, “ser o que se quiser”. Ali, a comunidade afro-americana tinha como propulsor os sonhos e tensões relacionados ao complexo seio familiar, com seus desafetos e conflitos. É impossível falarmos em teoria queer sem colocarmos em xeque noções básicas de sujeito, identidade e diferença.

Teresa de Laurentis, durante uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, foi quem primeiro empregou a denominação Queer Theory. Depois disso surgem vários desdobramentos na contemporaneidade para compreendermos os sujeitos que desviam da norma, a subalternidade, a diferença. Isso sob a ótica da teoria queer, que é um modo filosófico e político de pensar tudo que vaza e escapa do centro, da norma, tudo o que é estranho e foge da nossa concepção de normalidade. Sem dúvida, os estudos culturais, as filosofias pós estruturalistas, as filosofias da diferença e o feminismo, como epistemologia política, pós identitárias e de gênero, contribuíram muito para pavimentar esse campo de estudo.

As feministas e os estudiosos de gênero e sexualidades potencializaram esses estudos e fortaleceram o debate, abrindo novos caminhos e possibilidades de diálogo nas ciências humanas:

- Deleuze-Guattari, com o pensamento da diferença seus fluxos, agenciamentos e cartografias do desejo;
- Jacques Derrida, que serviu de ponto de partida, com as suas políticas da desconstrução, pelo viés da linguagem;
- Michel Foucault, com seus dispositivos da sexualidade;
- Judith Butler e suas práticas subversivas;
- Guy Hocquenghem, com suas teorias revolucionárias acerca do desejo;
- Néstor Perlongher e outros que pavimentaram e fortaleceram o debate para a teoria queer, como Eve K. Sedgwick, David M. Halperin, a própria Judith Butler e Michael Warner.

Dito de outro modo, podemos pensar a teoria queer como um modo de vida ou uma prática potencialmente subversiva sob vários pontos de vistas que vieram, de certo modo, abalar as certezas compulsórias.

Felizmente, foram pelas portas da universidade que a teoria queer entrou no Brasil, no final da década de 1970, começo dos anos 1980, ou seja, é bem recente. O que se sabe é que Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Larissa Pelúcio, Leandro Colling, somente para citar alguns educadores, sociólogos e antropólogos brasileiros, são hoje os mais representativos nessa questão. Daí em diante a temática queer está sendo estudada nas mais variadas áreas das ciências humanas, das artes e das performances, seja para questionar as múltiplas performances dos sujeitos, seja para pensar as performatividades de gênero.

A partir de toda militância, luta política e acadêmica, a educação tem sido um lugar extremamente importante de discussão e problematização da teoria queer, juntamente com a antropologia e as artes mais “excêntricas”. E foi com clareza e serenidade que a professora Guacira Louro de forma simples, porém complexa, mostrou de fato o que é o queer:

Queer é o estranho, o raro, esquisito. Queer é também o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2008, p.7).

Ora, Guacira Lopes Louro ensina-nos de forma simples que o queer é o raro, o esquisito, o estranho, ou seja, tudo o que incomoda a norma, o centro. É colocado em xeque a noção de normalidade. A teoria queer é, de certo modo, extravagante, impertinente, transgressora, subversiva, pois subverte e desloca os papéis que os sujeitos ocupam a priori. O queer não é tolerado por não enquadrar nos padrões de normalidade. Por isso ele sempre provoca o desconforto pois assume a ambiguidade, o entre lugar. No entanto, ao mesmo tempo incomoda, perturba, fascina e encanta, torce o nosso olhar, mostrando outras formas de ver o mundo, que não seja essa divisão entre normais e anormais, inferiores e abjetos que devem estar fora da roda gigante da vida. Não se trata apenas de teorias que abarcam a homossexualidade, mas aos corpos, aos sujeitos e às identidades que fogem e escapam da noção de normalidade construída culturalmente. Desse modo, podemos acrescentar que os sujeitos que vivem na fronteira, cruzando as fronteiras de gênero e de sexualidade, diz ela, estão nessa zona subversiva e transgressora:

Os sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e de sexualidade talvez não escolham livremente essa travessia, eles podem ser movidos para tal por muitas razões. A fronteira é lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto. Ela se compraz da ambiguidade, da confusão, da mixagem. Zona de policiamento, é também zona de transgressão e subversão. (LOURO, 2008, p.18-20.)

Desse modo, a filosofia queer se assume como uma filosofia da diferença que desestabiliza, desloca, desfaz e desconstrói toda forma de representação de sujeito e de identidade calcada na unidade ou na univocidade. Não é possível pensar uma “ontologia” do sujeito universal uma vez que somos múltiplas masculinidades e temos múltiplos conceitos do que é ser feminino. A filosofia queer é fronteira e ambígua na medida em que tem na confusão, na mixagem, sua máxima transgressora e libertadora. Se a fronteira é, como a encruzilhada, região de encontro, cruzamento e confronto, é lugar de interseccionalidade, de fluxos, devires e movimentos.

REFERÊNCIAS

ABGLT. História de Luta. Disponível em <<https://www.abglbt.org/historia>> Acesso em: outubro de 2021.

ALMEIDA, A. C. C. H. e CENTA, M. L. A família e a educação sexual dos filhos: Implicações para a enfermagem. Acta Paulista de Enfermagem, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Towards a new consciouness. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

ARANTES, José Estevão Rocha. Homossexualidades e Negritudes: identidades e afetividades no entre lugar. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFG, em 2008.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o presente; Tradução de mauro W. Barbosa. - 6 ed.- São Paulo: Perspectiva, 2009.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Mirian Pillar. Transexualidade e o Movimento Transgênero na perspectiva da diáspora Queer. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39490>> Acesso em 21 ago. 2021.

BATAILLE, Georges. O erotismo; tradução de Fernando Scheibe. - BH: Autêntica, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. Vida Líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. - 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura; tradução de Myriam Ávila. 2 ed.- BH: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT. Relatório final: 3a conferência nacional de políticas públicas de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASÍLIA: CNCD/LGBT; 2016 [citado 15 de Abril de 2022]. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1>> Acesso em: outubro de 2021.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Calendário da Diversidade reúne os principais marcos da diversidade e inclusão. Disponível em: <<https://www.camaralgbt.com.br/calendario-da-diversidade/>> Acesso em: outubro de 2021.

CONDE, Michele Cunha Franco. O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. 2004. 350 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2004.

CORREIA, Romualdo dos Santos. Desejo, estilo de vida e transgressão da identidade em *Dancerfromthe dance* de Andrew Holleran e *Pela noite* de Caio F. Tese defendida na UFRN, 2014.

CONSTANTIN, N. I. F. P. Pais de homossexuais: Etapas no processo de aceitação da orientação sexual dos/as filhos/as, 2011.

DELEUZE, G. *Imagem movimento, Cinema 1*. Tradução de Sousa dias, Assirio& Alvim, 1983.

Dia mundial do orgulho LGBT: data celebra a luta por respeito e direitos iguais. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/dia-mundial-do-orgulho-lgbt-data-celebra-a-luta-por-respeito-e-direitos-iguais/>> Acesso em: outubro de 2021.

Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais: mais equidade, sem transfobia. Disponível em: <<https://www.ufes.br/conteudo/dia-nacional-da-visibilidade-de-travestis-e-transexuais-mais-equidade-sem-transfobia>> Acesso em: outubro de 2021.

Dia Nacional da Visibilidade Trans. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2021/01/29/dia-nacional-da-visibilidade-trans/>> Acesso em: outubro de 2021.

FACCHINI, Regina. Histórico da Luta de LGBT no Brasil. In Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). *Psicologia e Diversidade Sexual, Cadernos Temáticos de Psicologia nº11*. São Paulo : CRPSP, 2011.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, 10(18/19), 2010.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, 2005.

Fobia - Dicionário Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fobia/>> Acesso em: outubro de 2021.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infame*. In: *Estratégia, Poder-saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. - 2 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

GERACE, Rodrigo. *Cinema Explícito. Representações Cinematográficas do Sexo*. São Paulo. Edições Sesc São Paulo, 2015.

GIL, José. Movimento total: o corpo e a dança. Relógio d' água, Antropos, Lisboa, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese apresentada ao concurso de livre-docência, 2010.

GUATTARI, Félix. Caosmose: o novo paradigma estético; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. - São Paulo: Ed. 34, 1992.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu e Guacira Lopes louro. 11 ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Imagem movimento, Cinema 1. Tradução de Sousa dias, Assirio & Alvim, 1983.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento. Trad. de Anna Maria Barros. 5ª ed. - São Paulo: Summus, 1978.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento. Trad. de Anna Maria Barros. 5ª ed. - São Paulo: Summus, 1978.

LEITE, Jr., Jorge. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. - São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

LIMA, Igor Falce Dias de. ALMEIDA, Fátima Duarte de. RISI, Maria Tereza. AIDS, homossexualidade e estigma social nos anos 1980: as vozes da mídia nos jornais brasileiros da Coleção ABIA. Eixo Temático 2: Não devemos deixar ninguém para trás. Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB, 2019.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michela. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. 1ªed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LORDE, Audre. I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1 ed.BH: Autêntica, 2008.

LUFE, Steffen. O Cinema que Ousa Dizer seu Nome. São Paulo, Giostri Editora Ltda, 2016.

MAFFESOLI, Michel. O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Tradução de Rogério de Almeida. São Paulo: Zouk, 2003.

MATOS, Maurício. Dissidências Subalternas no Cinema Brasileiro. Redemocratização, juventudes, territórios e violências estruturais. Salvador, BA Editora Devires, 2021.

MELLO L, Brito W, MAJORA D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cad Pagu, 2012.

MENDES, Mariana Lucas. A participação das mulheres na gestão do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí: uma perspectiva histórica (1953-2019). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). IF Goiano. Morrinhos, 2020.

MENEZES, Luiz Fernando. Desenhemos as conquistas LGBTQI no Brasil. AosFatos.org. Publicado em 24 de maio de 2019. Disponível em: < <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhemos-as-conquistas-lgbtqi-no-brasil/> > Acesso em: 19 de outubro de 2021.

Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

MORENO, Antônio. A Personagem Homossexual no Cinema Brasileiro. Niterói RJ, EduFF Editora da Universidade Federal Fluminense, Funarte, 2001

MOTT L, Michels E, Paulinho. Pessoas LGBT mortas no Brasil: relatório 2017. Salvador: GGB; 2017 [citado 15 de Abril de 2022]. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>> Acesso em: 19 de outubro de 2021.

Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia. Politize! Publicado em 28 de junho de 2017. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/> > Acesso em: 19 de outubro de 2021.

MULLER, Wunibald. Pessoas homossexuais. Tradução de Carlos Almeida Pereira – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NEGREIROS F.R.N., Ferreira B.O., Freitas D.N., Pedrosa J.I.S., Nascimento E.F.. Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da formação médica à atuação profissional. Rev Bras Educ Med. 2019..

NIETZSCHE, F. A Origem da tragédia. Tradução de Joaquim José de Faria. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

O movimento lgbt: o que é, história e muito mais!. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/>> Acesso em: outubro de 2021.

O que significa a sigla LGBTQIA+?. Disponível em: <https://www.printi.com.br/blog/a-representatividade-por-tras-do-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia?gclid=Cj0KCQjwtrSLBhCLARIsACh6Rmgn0GJCluBL9fZQIHdWasyQaHNP9DL_rgf5PZV7UuI7k_1Y4_bzuBYaAv8XEALw_wcB> Acesso em: outubro de 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde. Estigma e discriminação são as principais barreiras à saúde para a população LGBT. Disponível em: < Brasília: OPAS; 2019 [citado 15 de Abril de 2022]. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5318:estigma-e-discriminacao-sao-as-principais-barreiras-a-saude-para-a-populacao-lgbt&Itemid=820 > Acesso em: outubro de 2021.

OWAN, B. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: QUINALHA, R. H.; GREEN, J. N. (Eds.). Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil. Caderno Espaço Feminino, volume 31, número 1. Uberlândia, MG, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POPADIUK GS, Oliveira DC, SIGNORELLI MC. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. Cienc Saude Colet, 2017..

PRETES, Érika Aparecida. VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. Pg. 314. Iniciação Científica: Destaques, 2007.

AGUIAR R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROBSON, P. da Silva. Vai Malandra... seu corpo é instrumento (contra) violento Figurações da marginalidade no filme "A Rainha Diaba" (1973) ETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo (Org.). História & Teoria Queer. Salvador, BA Editora Devires, 2018.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão Veredas. Ed Comemorativa. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SARAH S. Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences. NewYork: The New Press, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2o, 1990.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. CAMPOS, Camila Goulart. Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: Da mordada autoritária à publicidade na esfera transnacional. Revista Perspectivas Sociais, ano 3, número 1. Pelotas, 2014.

SILVA, Pedro Ivo. Narrativas Afrobixas. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais..11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SIMÕES, Julio Assis; Regina FACCHINI. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense - Coleção Tudo é história, 1999.

TGEU Projeto de investigação TvT. Trans Muder Monitoring / Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TGEU, 2020) <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/> Acesso em: agosto de 2021.